



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

LENIRA MENDES MONTEIRO GONÇALVES

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO GOVERNO EXECUTIVO DE
CABO VERDE: BARREIRAS E AVANÇOS ENTRE 2006-2016**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2020

LENIRA MENDES MONTEIRO GONÇALVES

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO GOVERNO EXECUTIVO DE
CABO VERDE: BARREIRAS E AVANÇOS ENTRE 2006-2016**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

G627r

Gonçalves, Lenira Mendes Monteiro.

Representação política das mulheres no governo executivo de Cabo Verde : barreiras e avanços entre 2006-2016 / Lenira Mendes Monteiro Gonçalves. - 2020.

74 f.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis.

1. Cabo Verde - História - 2006-2016. 2. Mulheres - Cabo Verde - Atividades políticas.
3. Mulheres na política - Cabo Verde. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 320.8096658

LENIRA MENDES MONTEIRO GONÇALVES

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO GOVERNO EXECUTIVO DE
CABO VERDE: BARREIRAS E AVANÇOS ENTRE 2006-2016**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Aprovado em 07 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis – Orientadora

Doutora em Ciência Política pela Universidade de Minas Gerais
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Rutte Tavares Cardoso Andrade

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Laila Daniele Pedreira de Carvalho

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Dedico este trabalho aos meus filhos:
Riquelme Rafael Gonçalves Correia Almeida (Ricky)
Moisés Mendes Gonçalves Epalanga Agostinho (Estefan).

RESUMO

O presente trabalho tem como foco principal compreender o processo da representação política das mulheres no Governo Executivo em Cabo Verde nos últimos dez anos e tem por problematização, identificar por que ainda persiste a desigualdade de gênero na esfera política de nomeação e evidenciar quais têm sido as ações políticas para reverter esse quadro na política. Deste modo, pretendo identificar as mulheres que se destacaram na política nas instancias de nomeações entre 2006-2016, uma vez que elas são a maioria da população caboverdiana, mas não consta um número significativo das mesmas nas instâncias de poder e nas tomadas de decisões. Dessa forma, destacaremos as barreiras percebidas pelas atrizes políticas e destacadas pelas pesquisadoras da área, que impedem uma maior atuação feminina nos espaços políticos, especialmente no governo executivo. A partir disso, foi possível perceber que as organizações internas, enfatizando o ICIEG e RMPCV, juntamente com os organismos internacionais, mobilizaram para implementar políticas públicas para impulsionar mais representação política feminina e, por fim, analisaremos o impacto dessas medidas estabelecidas, especialmente a lei de paridade. Para alcançar esses fins, foi feito um levantamento de dados bibliográficos com base no objetivo exposto, foi utilizado a metodologia qualitativa, especialmente aplicação de questionário por meio virtual e análise documental. Conclui-se que, apesar da sub-representação ainda persistente nas esferas de poderes, e portanto no governo executivo, Cabo Verde apresentou avanços a nível político-jurídico, a partir da aprovação da lei de paridade, exigindo 40% de representação entre ambos os sexos, além de outros mecanismos institucionais, como o “Comitê transversal de Gênero” com finalidade de monitorar a execução da lei de paridade.

Palavras-chave: Cabo Verde - História - 2006-2016. Mulheres - Cabo Verde - Atividades políticas. Mulheres na política - Cabo Verde.

RIZUMU

És trabadju ten komu foku prinsipal compriéndi prusessu di reprizentason pulitika di mudjeris na guvernu ezeutivu di Kabu Verdi nes útilmu déz anu i se problematizason é identifika pamodi ki inda ta persisti disigualdadi di gêneru na sfera pulitika di nomiason i evidénsia kal ki tem sidu ason pulitiku pa riverti és quadru dentu di pulitika. Des manera, n'pretendi identifika kes mudjeris k distaka na pulitika durante periudu di nomeason entri 2006-2016, sendu k es é maioria di populason kabuverdiana, más ka ten um númeru signifikativu di ses na instansias di puder e na tomadas di decison. Des forma, nu ta distaka bareras notadu pa atrizis pulitikas i distakadu pa pesquisadoras di área, ki ta impidi maior atuason fimininu na spasu pulitiku, specialmenti na guvernu ezeutivu. Partindu di keli, ta ser pusivel percebi k organizasons internas, infatizandu ICIEG i RMPCV, djuntu ku organismus internasional, sta mobiliza pa implimenta pulitikas publikas pa impulsiona mais reprizentason pulitika fimininu i, pa fim nu ta analisa impaktu di kes mididas stabelicidus, specialmenti lei di paridade. Pa alkansa fins, nu labanta dadus bibliográfikus ku basi na objetivu spustu, nu utiliza metodologia kualitativa, specialmenti aplikason di kestionáriu pa meiu virtual i análize dukumental. Nu ta konklui, ma apezar di sub-reprizentason k inda sta persisti na sfera di puder, i purtantu na guvernu ezeutivu, kabu Verdi aprizenta avançus a nível pulitiko-juridiku, partindu di aprovason di lei di paridade, ki ta exige 40% di reprizentason pa tudu dós sexu, i otus mekanismu internasional, sima “comité transversal di gêneru” ku finalidade di munitora ezeucson di lei di paridade.

Palavras-chávi: Democrasia. Gêneru. Mudjeris na Guvernu Ezeutivu. Participason pulitika. Tomada di decison.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AN - Assembleia Nacional

AMEPCV - Associação das Mulheres Empresárias Profissionais de Cabo Verde

ART - Artigo.

B.O. - Boletim Oficial

CV - Cabo Verde

FDIM - Democracia Internacional das Mulheres

ICIEG - Instituto Caboverdiano de Igualdade de Género

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPU - Inter-Parliamentary Union

MORAB - Organização da Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento

MPD - Movimento Pela Democracia

OMCV - Organização das Mulheres em Cabo Verde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAICV - Partido Africano para Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano para Independência de Guiné-Cabo Verde

PCD - Partido da Convergência Democrática

PDC - Partido Democrata Cristão

PNIG - Plano Nacional de Igualdade de Género

PRD - Partido da Renovação Democrática

PSD - Partido Social Democrático

PTS - Partido do Trabalho e da Solidariedade

RMPCV - Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde

TNR - Trabalho Não Remunerado

UCID - União Caboverdiana Independente e Democrática

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CAPÍTULO I: A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES	14
2.1	O QUE É REPRESENTAÇÃO?	14
2.2	REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES ENQUANTO GRUPO SOCIAL SUBALTERNIZADO	17
2.3	INTERSECCIONALIDADE	20
2.4	(SUB)REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES AFRICANAS	22
3	CAPÍTULO 2: ESTADO E LUTA POLÍTICA DAS MULHERES EM CABO VERDE	28
3.1	SISTEMA POLÍTICO, SISTEMA ELEITORAL E PARTIDOS POLÍTICOS EM CABO VERDE	31
3.1.1	Sistema eleitoral	32
3.1.2	Partidos políticos	35
3.2	REVISÃO DA LITERATURA SOBRE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES EM CABO VERDE	38
3.2.1	Mulheres no governo executivo	44
4	CAPÍTULO 3: BARREIRAS QUE DIFICULTAM UMA MAIOR REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES CABOVERDIANAS NO EXECUTIVO	49
4.1	RESPOSTAS INSTITUCIONAIS AO PROBLEMA DA SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES	53
4.1.1	Análise do Programa Político do governo	55
4.1.2	Papel do Instituto Caboverdiano Para a Igualdade e Equidade de Gênero (ICIEG-1994) e a Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde (RMPCV-2001) na representação política das mulheres	57
4.1.3	Lei de paridade	60
5	CONCLUSÃO	63
	REFERÊNCIAS	65
	APÊNDICE	70

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se na área de estudo sobre representação das mulheres nas instâncias políticas nacionais de Cabo Verde, a partir do protagonismo das mesmas nos centros de decisões, um quadro que se tornou mais significativo entre os anos de 2006 – 2016. Apresentando como objetivo principal olhar as mulheres que atuaram no campo da política e que estiveram nos espaços centrais de tomadas de decisões para compreender os motivos que ainda dificultam uma maior participação das mesmas. Também se investiga mudanças institucionais recentes que visam contribuir para mudar o quadro da sub-representação.

Cabo Verde é um país insular situado no meio do Atlântico, cerca de quinhentos quilômetros da costa ocidental da África, composto por dez ilhas e cinco ilhéus numa área emersa de 4.033km². Segundo a historiografia, Cabo Verde foi descoberto em 1460, sem indícios da presença humana, pelos portugueses à procura da expansão marítima do comércio no século XV. O arquipélago está dividido em dois grupos, sendo estes, denominado de Barlavento e Sotavento. O primeiro está localizado mais ao norte, é composto por Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada)¹, São Nicolau, Sal, Boavista e o ilhéus nomeadamente de Branco e Rambos. O segundo se encontra situado mais ao Sul do arquipélago, é formado pelas ilhas do Maio, Santiago, Fogo, Brava e os ilhéus Secos e Rasos.

O país tem uma população estimada de 549.192 habitantes, composto por 272 259 da população masculina (49.6%) e 279 933 da população feminina (50.4%), sendo a maioria jovens com idade média de 23 anos. (Country, 2020). A atividade econômica se assenta na agricultura, pesca, turismo e apesar dos sobressaltos devido à crise financeira mundial, o Produto Interno Bruto – PIB, cresceu de 4,7% e 4%, por causa dos resultados, o país é considerado de rendimento médio visto que, fatores tais como a baixa escala da população, consumo, as exportações e a diversificação do turismo contribuíram para o crescimento e desenvolvimento do país. (WORLD BANK, 2019).

A nível político, Cabo Verde é considerado um país estável e democrático, pela inexistência de golpes de Estados e de uma forma genérica, os Direitos Humanos são respeitados, apesar de afirmações sobre insatisfação no desempenho do Governo em relação ao combate das desigualdades econômicas.

O foco desta monografia é, portanto, identificar as barreiras que dificultam uma maior representação política das mulheres no executivo, bem como os últimos avanços institucionais

¹ Santa Luzia é desabitada porque o solo não é fértil e o clima é desfavorável.

nessa área. Tendo em conta a delimitação do tempo, 2006-2016, apresentarei os dois elencos governamentais, do Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV) e do Movimento Pela Democracia (MPD), que constituíram os cargos ministeriais no período de 2006 a 2016, com a finalidade de estabelecer uma análise comparativa, uma vez que no primeiro houve a paridade de gênero em 2008 e no sucessor, a desigualdade de gênero é mais presente.

Para o alcance dos objetivos pretendidos nesta proposta de estudo, recorreremos à metodologia qualitativa. A escolha desse método se deu pelo fato que nos permite alcançar melhor a realidade que abarca a participação das mulheres na política contemporânea de Cabo Verde. Com base nisso, realizei leituras e fiz análises de conteúdo a partir das referências bibliográficas indicadas e pesquisadas na biblioteca da instituição, em bases de dados online, levantei livros, dissertações e artigos científicos que fomentam o tema, artigos de jornais, revistas e outras fontes de pesquisa consideradas viáveis para a análise.

Além disso, realizei entrevistas com atrizes chave, através de questionários que foram encaminhados para o e-mail pessoal de cada uma das personagens políticas com destaque nesses últimos 10 anos. O modelo do questionário encontra-se nos anexos. Os questionários foram montados com base no tema da pesquisa, focando nos objetivos do mesmo e foram de autopreenchimento. Elas tiveram acesso ao mecanismo de resposta por meio do e-mail e ao termo de consentimento livre e esclarecido, que solicita a exposição dos dados fornecidos. Elas responderam sem interposição da pesquisadora e no material explicitamos a relevância e natureza do trabalho, tentando despertar o interesse das entrevistadas.

Foram encaminhados dez questionários, no mês de maio de 2017, obtive apenas quatro respostas e não foi permitido a revelação das identidades. Os questionários foram encaminhados as entrevistadas de diferentes posições no âmbito político, visto que, todas elas já estiveram/estão atuando em cargos de tomadas de decisões, com objetivo de compreender como se desencadeia os processos políticos e conseqüentemente às disparidades de gênero.

Outra parte importante da monografia se deu por meio de análise documental, a partir de documentos tais como os Códigos do sistema eleitoral (2010), o Programa do Governo para VIII Legislatura (2011), Constituição da República de Cabo Verde (2012), os estatutos dos partidos políticos PAICV (2013) e MPD (2013), o Plano de Igualdade de Gênero (2014), Relatórios para ONU especificamente o Relatório Cabo Verde Beijing +20 (2014), o Programa do Governo para IX Legislatura (2016), Resoluções nº 104/2018 para os Conselhos dos Ministros e a Lei de Paridade (2019).

O presente trabalho tem por justificativa o interesse grande pelo tema da política sobre a perspectiva interseccional do gênero, no âmbito das questões das desigualdades na política partidária e nos espaços de governança e representação. Com a minha inserção na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), pude construir novas percepções e ver o mundo atrás de outras lentes. Comecei a refletir sobre os aspectos sócio-políticos, econômicos, culturais, que por sua vez eram muito visíveis na nossa sociedade. Esses aspectos citados manifestam em diversas vertentes e maneiras a depender do gênero, classe social, raça e sexualidade. A formação me fez questionar a condição de mulher que ocupa uma posição social, que sempre foi menosprezada devido a construção do patriarcalismo, em que as mesmas foram rotuladas como procriadoras. Nessa dominação as mulheres deveriam cuidar da casa, dos filhos e do marido e enquanto os homens iriam para o campo trabalhar na agricultura e em outros lugares de destaques, ou seja, as mulheres desde muito cedo foram educadas a ficar em casa e os homens nos espaços públicos.

Esse trabalho pretende contribuir para uma reflexão sobre a persistência do patriarcalismo na política. Essa temática tem um caráter relevante em inúmeras vertentes, inclusive na ciência política, pois é um assunto que vem sendo muito debatido no mundo, tanto em Cabo Verde como na diáspora.

Além do mais, é de extrema importância falar desse tema porque ao longo do processo da luta pela independência de Cabo Verde sempre teve presença feminina ao lado dos homens, algumas delas até foram ao campo da batalha, estiveram em várias frentes, outras fizeram outras demandas. Porém não teve presença de nenhuma mulher no âmbito executivo no pós-independência, essas mulheres não tiveram destaque na história, por isso também o interesse em estudar o tema para compreender a representação da mulher na política em Cabo Verde nos últimos dez anos com intuito de analisar as barreiras e avanços.

Assim, na condição de mulher, negra, cabo-verdiana senti a necessidade de abordar questões que me representassem e fomentar algum tema que relatasse problemáticas do meu país de origem, principalmente em um campo que a desigualdade de gênero é visível.

O trabalho é constituído por três capítulos e organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo apresento uma revisão bibliográfica a partir de autoras/es internacionais e sobretudo africanas/os sobre a representação política das mulheres, além disso, enquanto grupo social subalternizado sobretudo na perspectiva interseccional. No segundo, centralizo o olhar para os estudos realizados sobre Cabo Verde, contextualizando o sistema político, eleitoral e partidário do país e os entraves institucionais à representação política das mulheres. Por fim, o terceiro

capítulo apresento as barreiras percebidas pelas mulheres entrevistadas e por pesquisadoras do tema, além da análise de avanços recentes como a Lei da Paridade.

Conclui-se que Cabo Verde tem apresentado mudanças e avanços, demonstrando a preocupação com as problemáticas de gênero e a participação das mulheres na vida política e fundamentalmente em espaços de visibilidades, de poder e tomadas de decisões e nas esferas de nomeações. Os progressos alcançados, condicionarão mudanças efetivas se houver força de vontade do Governo, dos demais órgãos estatais e das entidades não estatais, dos organismos internacionais e evidentemente da sociedade caboverdiana.

2 CAPÍTULO I: A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

2.1 O QUE É REPRESENTAÇÃO?

Existem diversas formas de representações, nomeadamente a representação artística, legal, política e entre outras, sendo assim a sua essência e seguimento varia de acordo com as suas finalidades. Considerando como uma manifestação cultural, política, simbólica, um mecanismo de utilidade dos seres humanos, o seu carácter torna-se de extrema complexidade. Pitkin (2006), nos proporciona contribuições sobre o contexto alemão que possibilitam entender os diferentes significados da representação, tais como:

Darstellen significa “retratar” ou “colocar algo no lugar de”; vertreten significa “atuar como um agente para alguém”. O significado de repräsentieren é próximo ao de vertreten, mas é mais formal e possui conotações mais elevadas (teóricos alemães da política, às vezes, argumentam que meros interesses privados egoístas podem ser vertreten, mas o bem comum ou o bem do Estado devem ser repräsentiert). (PITKIN, 2006, p. 16).

Nesse contexto, a autora destaca termos que remetiam sentidos a representação, porém não continha o significado da forma como determinados atualmente, porque, *a priori*, a representação conotava diversos sentidos, mas sem nenhuma relação com os indivíduos representando outros ou o Estado. Além disso,

É importante destacar que a linguagem da representação não existia no mundo antigo. Quando se fala das repúblicas grega e romana, o termo representante simplesmente não aparece. O verbo latino “repraesentare” do qual a palavra moderna representar deriva, remetia a um sentido de semelhança (mimesis) entre o ator e o personagem que esse interpretava no teatro, por exemplo. Esse significado foi mudando ao longo do tempo até que na batalha entre reis e seus parlamentos, na Inglaterra do século XVII, o termo foi associado às noções de delegação e autorização. A partir daí a representação adquiriu o significado moderno de agir no lugar do representado, e o consentimento dos indivíduos passou a ser central para a instituição do representante político (VIEIRA, RUNCIAMAN apud ALMEIDA, 2018, p. 230-231).

Tendo em conta essa explanação, veremos como emergiu o conceito da representação política e conforme as perspectivas das/os autoras/es referenciados na citação acima, o consentimento dos indivíduos é um fator primordial para o bom funcionamento da instituição do representante político, de forma que os anseios do representado sejam efetivados. É importante entendermos o tipo de representação que ocorre no universo contemporâneo, pois em concordância com Pitkin (2006), nos deparamos com agentes representativos atuando por

interesses individuais e por vezes em detrimento do bem comum. Nessa lógica, é necessário um agente representativo que leva em consideração os interesses d@ representad@, enfatizando o conteúdo da representação. Nessa linha de raciocínio que Pitkin (1967) citada por Sanches (2017), denomina essa vertente como representação substantiva, no qual se leva em conta os aspectos das/os representadas/os. Ainda discorrendo sobre as abordagens da Sanches (2017), constata-se que, podemos analisar os agentes representativos a partir de outras lentes, dentre as quais:

- 1) A representação formalística, regulada através de normas que possibilitam que o representante seja representado, visando a autorização para a execução das relações de representação e baseia-se na ideia de “*accountability*”, pois as ações dos representados são da responsabilidade do representante;
- 2) A representação descritiva, que se baseia na substituição dos representados na medida em que os representantes são espelhos dos mesmos, dessa forma o perfil é um quesito importante para a representação descritiva. A preocupação apresentada dessa abordagem é que os representados não levem em consideração as características dos representantes no que se refere aos mecanismos que asseguram as necessidades dos representados.
- 3) De acordo com Sanches (2017), a representação simbólica, permeia a ideia de “*standing for*” visto que, os representantes acreditam nos representados por determinadas razões. A crítica da Pitkin (1967), citada por Sanches (2017) aponta essa representação como uma ação arbitrária pela ausência de fundamentos racionais.

Delimitando o nosso olhar para o âmbito político, é imprescindível analisar a representação substantiva e a representação descritiva pois ambas centralizam as ações nos conteúdos, nos aspectos e nos perfis de quem está sendo representado, possibilitando assim uma democracia deliberativa.

Se na Idade Média “a estrutura de poder era descentralizada e plural, uma vez que diferentes grupos e instituições faziam a mediação entre o governante e o indivíduo” (ALMEIDA, 2018, p. 232), em contrapartida, nas sociedades modernas, o Estado é colocado num patamar de hierarquia de representação máxima de todos os interesses coletivos da sociedade, sendo responsável pela administração dos negócios públicos, os indivíduos são livres e soberanos no setor privado. Na perspectiva de Almeida, a posição social atribuída ao Estado é condicionada a partir das eleições onde o voto desempenha um papel principal na

construção da democracia, pois da mesma forma que o voto elege um governo, ele também extrai a legitimidade dos mesmos na adoção de medidas e vontades individuais em detrimento das perspectivas do coletivo, por isso que a autora afirma que, “ não há uma relação direta entre representação e democracia” (ALMEIDA, 2018: 232), isso se deve ao fato que a representação não assegura a democracia. Diferentes abordagens teóricas fomentaram concepções diversas na tentativa de explicar um modelo de governo representativo. Segundo a corrente liberal:

A função do governo representativo é refinar e ampliar as perspectivas apresentadas pelo público, de maneira que interesses individuais e egoístas não prevaleçam sobre os interesses coletivos. De outro lado, as liberdades individuais e os interesses expressos no momento eleitoral precisavam ser considerados pelos representantes. Nesse sentido, os autores liberais pensaram que o poder não deveria estar nas mãos de uma única pessoa e na instituição, mas distribuído entre três poderes que deveriam ser equilibrados entre si - Executivo, Legislativo e Judiciário. (ALMEIDA, 2018, p. 233).

Para os pensadores liberais, de acordo com Almeida (2018), esse modelo de organização de governo estabelece uma restrição nas ações dos representantes, pois advogam que o poder não deve estar centralizado em um único agente visando a prevenção da corrupção e a concentração de poder. Entretanto essa forma de distribuição dos poderes e a participação dos cidadãos na escolha dos governos apresentam hoje declínio na ação dos representantes no sistema político e de acordo com Almeida (2018), podemos constatar esse quadro a partir das abstenções eleitorais, dos golpes e casos de corrupção dos governantes e pela queda da credibilidade dos partidos políticos, ou seja, a representação política está passando por um crise acarretada pelo próprio sistema político e dentre as suas consequências estão as promessas não cumpridas, representantes atuando por interesses individuais, por vezes prejudicando o sistema social.

Podemos ilustrar essa crise com a conjuntura atual da política brasileira, em que o presidente Jair Bolsonaro, sendo eleito pela maioria da população brasileira, tem adotado condutas incoerentes com os marcos da Carta Magna, especialmente referentes às dimensões do sistema educacional, político, ambiental e cultural, afetando as políticas internas e internacionais. Daí, em concordância com Almeida (2018), percebemos que é necessário mais do que eleições livres, revezamentos dos governantes e políticos eleitos, pois esses critérios não asseguram *per si* uma representação democrática e o bem comum, sendo que a ampliação da representação política é fundamental para a consolidação e eficácia do sistema político.

2.2 REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES ENQUANTO GRUPO SOCIAL SUBALTERNIZADO

Para compreendermos a trajetória da representação das mulheres enquanto grupo social subalternizado, é importante conhecermos como emergiu esse processo. O patriarcalismo² desempenhou uma função mentora na determinação dos papéis de gênero cujo o espaço público de poder foi reconhecido como destinado para os homens e as mulheres foram designadas para o espaço privado e sujeitas à subalternização. Segundo Matos *apud* Paradis (2013), “os grupos subalternos são definidos por uma experiência comum, relativa à opressão experimentada coletivamente, mas essa é uma experiência plural que, frequentemente, impacta sua identidade e é permeada também pela experiência corporal dos sujeitos” (PARADIS, 2013, p. 92). Além do mais, geralmente quem se encontra nessa coletividade, são indivíduos que não fazem parte dos sujeitos ideais do contexto ocidental, cujas características permeiam os grupos de sujeitos pobres, negros, etc., estes designados a um espaço à margem da sociedade e os Outros das epistemologias hegemônicas.

Com base nas abordagens apresentadas por Brandão et al (2019), de acordo com as teorias feministas, “as noções de público e privado, teriam sido construídas uma em oposição à outra, a partir de uma visão de mundo dual, assim como as noções de gênero” (BRANDÃO et al, 2019, p.286), e nessa perspectiva, poderíamos analisar essa divisão a partir do mundo sensível e inteligível em que as mulheres e os homens seriam designid@s pela cultura patriarcal. Nessa linha de raciocínio, o mundo sensível seria um universo das relações pessoais, de domesticidade, da procriação e subalternidade enquanto que o mundo inteligível é determinado como uma arena de poder, de guerra e governação. Seguindo essa argumentação Monteiro ilustra que:

A distinção entre a política e a vida privada, associada à separação entre o trabalho e a casa, é posta em causa, uma vez que, a título de exemplo, enquanto as feministas ocidentais discorriam sobre a invenção da “fada do lar” e a ideologia da domesticidade, as mulheres africanas ocupavam-se de fato o trabalho produtivo, tanto no cultivo da terra como nos mercados, para além da sua presença nas sociabilidades comunitárias, culturais e religiosas. (Amadiume; Oyewumi, *apud* MONTEIRO, 2015, p.32).

² O patriarcalismo é um sistema de opressão sob o qual a sociedade está acentuada, legitimando a dominação entre os sexos, impregnando a divisão e a hierárquica entre homens e mulheres. Portanto, as feministas radicais, como eram identificadas, definem o patriarcado como um sistema sexual de poder, com a organização hierárquica masculina da sociedade que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho. (SILVA, 2013).

Sendo assim, as análises dicotômicas entre o público e o privado das feministas ocidentais não enquadram nas realidades das mulheres africanas, dado que os contextos sociais se operam de maneiras divergentes, sabendo que o contexto africano é complexo, para além disso, na perspectiva da Monteiro (2015), coloca-se que as abordagens analíticas e explicativas no que tange a distinção entre os dois espaços, derivou dos preceitos da modernidade ocidental, sendo assim, tal fato reforça que os paradigmas utilizados pelo ocidente são inadequados para estudos nas sociedades africanas.

O contexto de divisão de gênero baseada no sexo, impulsionou uma repercussão histórica e relutante no cenário ocidental, com o surgimento do movimento feminista, acarretando maior ressaltado aos movimentos que se mobilizaram pelo direito ao sufrágio das mulheres, ganhando um repertório muito forte no final do século XIX e início do século XX. De acordo com Grossman e Nunes (2014), este movimento veio acelerar o declínio das formas tradicionais do patriarcado, contribuindo para a desconstrução e compreensão do mesmo, dando visibilidade para as trajetórias das mulheres, lutas e conquistas. Ainda, Barreto (2004) argumenta que, o choque produzido pelos movimentos sociais, em particular o feminista, nas relações entre os sexos, oportunizou o questionamento da heterossexualidade como norma, o que causou uma crise na ideia de família patriarcal³.

Vale ressaltar que os movimentos feministas desempenharam um papel importante no que concerne aos direitos das mulheres e no reconhecimento perante a sociedade e o Estado. Entretanto, a sociedade contemporânea está sob o sistema patriarcal, que foi construído também pelo processo de colonização, sendo assim, o presente que nós vivenciamos está marcado pelo reflexo do nosso antepassado, que veio se reproduzindo até os dias atuais.

Parte desse processo foi concebido a partir do conceito de “*Divisão sexual do trabalho*”, que conforme Hirata e Kergoat (2007), foi utilizado na França com intuito de estudar a distribuição diferencial entre homens e mulheres no âmbito profissional, tendo em conta a divisão desigual do trabalho no âmbito doméstico e as desigualdades fomentadas pela divisão sexual de trabalho, tendo em conta que elas são sistemáticas e a sociedade faz uso das diferenças sexuais para estabelecer hierarquia entre homens e mulheres.

Como base na divisão sexual do trabalho se perpetua a baixa proporção de presença feminina nas arenas de poderes e centros de decisões em quase todos os países do mundo. De

³ Crise por abordar o enfraquecimento do modelo familiar baseado na autoridade e dominação exercida pelo homem e toda a complexidade de tal realidade marcando novas estruturas de comportamento no campo político, econômico, cultural e até psicológico, principalmente nos países mais desenvolvidos da América do Norte e da Europa, mas com reflexos estatísticos em países, mesmo não industrializados, nos demais continentes. (GONÇALVES, 2009).

acordo com os dados da Inter-Parliamentary Union, as mulheres ocupam em média 24% das cadeiras nos parlamentos nacionais (IPU, 2019). A média da América é, em torno, de 30%. Na África subsaariana são, em média 24% de mulheres parlamentares (IPU, 2019).

Nesse sentido, torna-se explícita a sub-representação da mulher nos espaços políticos, a presença feminina ainda é tímida nos centros decisórios, mesmo que haja avanços recentes e a causa disso se justifica devido a inúmeras razões que analisaremos subsequente nesse trabalho. A mobilização do movimento feminista no que toca a sub-representação das mulheres nos campos de poderes, também teve um destaque nos fins do século XX, com repercussões positivas para a conjuntura da época. Dito isso, devo evidenciar a importância de mais presença e participação das mulheres na política no sentido de ampliar as oportunidades de promover agendas que estimulem a justiça de gênero.

Outro quesito relevante é a discussão entre a perspectiva social e os interesses políticos, dado que é fundamental para a compreensão de que ter mais mulheres na política não significa necessariamente que os grupos das mulheres subalternizadas serão representadas num viés correspondente devido à identidade. Nesse ponto de vista que Sanchez (2017, p. 54) argumenta que “os interesses podem ser representáveis por qualquer indivíduo, mas as perspectivas sociais apenas por iguais” e em razão disso, se alimenta uma ideologia apontando que as mulheres apenas por serem mulheres, responderão a interesses idênticos e isso seria o que a autora denomina de “essencialismo potencial” (SANCHEZ, 2017, p. 54), portanto, devemos ter cautela ao afirmar essa questão, porque além de serem mulheres, cada uma delas possuem suas inquietações e os seus contextos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Ainda nessa sequência, Matos *apud* Paradis (2013) define a perspectiva social como “o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam” (PARADIS, 2013, p.93). Visto isso, as mulheres constituem um grupo social pois compartilham um campo subalterno no âmbito da estrutura social. É válido ainda destacar que as identidades não são estáveis e são mutáveis. Nessa sequência que Molyneux, referenciada por Paradis (2013), apresenta-nos o conceito de “*Interesses de gênero*”, analisado por algumas feministas, “seriam os desenvolvidos pelas mulheres a partir do seu posicionamento social e seus atributos circunscritos na construção social do gênero” (PARADIS, 2013, p. 92), ou seja, a partir do interesse de gênero, as mulheres teriam um campo convergente que seria a classe social que elas ocupam na sociedade juntamente com as experiências vividas e compartilhadas pelas mesmas. Então para abordar as problemáticas das mulheres como um grupo social subalternizado, a adoção da abordagem analítica no que refere

a interesses de gênero é proveitosa na medida em que pode enquadrar tanto os quesitos no que visa a gênero, assim como os interesses comuns coletivos.

Nesse ângulo, Sanchez alega que “os indivíduos possuem diferentes características que definem sua posição social como, por exemplo: raça, classe, orientação sexual e idade. Por isso, integrar um grupo não significa necessariamente expressar suas demandas” (SANCHEZ, 2017, p. 54), afinal algumas mulheres em posição de decisão não têm interesses políticos voltados para a igualdade de gênero, isso significa, como afirma Sanchez, que não basta adotar uma política de presença, mas também ter como prioridade a política de ideias para que, os grupos subalternizados sejam ouvidos a partir de mecanismos descritivos que refletem tais grupos de mulheres.

2.3 INTERSECCIONALIDADE

A abordagem interseccional nos permite compreender as múltiplas opressões e discriminações no que toca ao gênero, raça, sexualidade, etnia, religião, classe social, entre outros. Segundo Monteiro (2015), o paradigma da interseccionalidade surgiu a partir dos discursos argumentativos das feministas negras, desencadeados pela colisão do sexismo, do racismo e do classismo, incorporando as principais críticas à universalização do gênero e afirmando como modelo explicativo da subordinação e exclusão das mulheres.

De acordo com Crenshaw (2002) “tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetam desproporcionalmente apenas algumas mulheres” (CRENSHAW, 2002, p.173) revelando como as desigualdades afetam as mesmas em diversos contextos geográficos. Ao examinar e traduzir um contexto de opressões e discriminações, deve-se ter em conta os sistemas operacionais e as perspectivas da interseccionalidade, afinal:

Uma perspectiva que considerasse somente a raça ou outra com somente o gênero avançariam em análises parciais e incompletas da injustiça social que caracteriza a vida de mulheres negras, (...) e que raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência de mulher negra. (COLLINS, 2017, p.8).

Por isso, é necessário analisarmos as situações das mulheres nas suas entranhas, pois elas não sofrem na mesma intensidade as subordinações, seja no âmbito privado ou público. Ou seja, a não adoção de uma perspectiva interseccional pode nos levar a ter visões distorcidas, quando, a título de exemplo, em conformidade com a Crenshaw, “um subconjunto de mulheres

subordinadas enfrenta um problema, em parte por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero, porque não faz parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes” (CRENSHAW, 2002, p. 175). Nessa perspectiva, dando ênfase ao gênero e raça, as mulheres brancas podem vivenciar circunstâncias de machismo e sexismo, porém as mulheres negras, além de sofrerem tais fatores, ainda são afetadas pelos quesitos raciais, constando que as mulheres negras padecem de formas de opressão que são interseccionadas tanto pelo gênero, quanto pela raça.

O olhar interseccional imprime uma investigação crítica e prática, fornecendo à academia um contexto de traduções, possibilitando um leque sugestivos para análises, alertando que na ausência desse portal analítico, várias lentes poderiam se perder na tradução sobre as formas de poderes. É nessa linha de pensamento que, segundo Collins:

A interseccionalidade conecta dois lados de produção de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia, de instituições similares de produção de conhecimentos, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado. (COLLINS, 2017, p.7).

Sendo assim, a interseccionalidade possibilita visões ampliadas, levantando questionamentos importantes sobre a relevância do conhecimento para a luta contra as relações estruturais de poder de raça, classe, gênero e sexualidade no qual reproduziram as desigualdades sociais e opressões. Explicita essa passagem, Sanchez que afirma que “o ponto central nesse conceito é o entendimento de que as formas de opressão não atingem os sujeitos isoladamente, mas de forma inter-relacionada” (SANCHEZ, 2017, p.58), e na mesma linha de pensamento, Monteiro (2015) destaca que:

A enorme importância atribuída ao paradigma de interseccionalidade deve-se à ilustração de que os principais sistemas de opressão estão intimamente interligados, sendo necessário o combate contra as opressões racial, sexual, classista e heterossexual, que atingem certos grupos sociais (MONTEIRO, 2015, p.46).

Essa interligação evita que haja exclusões e generalizações de abordagens, trazendo à tona as especificidades de cada grupo e subgrupos sociais, captando a complexidade da matriz de dominação. Conforme Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam

desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Visto isso, a interseccionalidade proporciona uma desmistificação das opressões estruturais condicionadas pelo patriarcado e afins, fundamentada pelo processo de colonização, tomando formas desiguais no que fere às áreas políticas, econômicas, sociais e culturais. Ademais, nas argumentações da Collins (2017), a ideia de interseccionalidade também centraliza uma visão de liberdade significativa para os indivíduos cujas experiências de vida perpassam pelo racismo, sexismo, nacionalismo, religião, exploração de classe, a homofobia

Monteiro (2015) reconhece que a União Europeia tem incorporado em suas ações e mecanismos oficiais, as implicações políticas e jurídicas da interseccionalidade, reconhecendo a importância e contribuições nas abordagens multidimensional nas políticas contra as desigualdades e discriminações. As Nações Unidas, por sua vez, adotaram o paradigma interseccional no âmbito da 58ª *Sessão da Comissão dos Direitos Humanos*, em 2002, evidenciando a importância de se trabalhar as questões de múltiplas formas de discriminação contra as mulheres, internalizando a interseccionalidade (MONTEIRO, 2015). Ademais, a autora aponta que a interseccionalidade tem introduzido outras análises nas suas linhas de pesquisas, como por exemplo: a cidadania das mulheres, acesso ao poder no âmbito político, o desenvolvimento da cidadania e a formulação e promoção de políticas públicas.

2.4 (SUB)REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES AFRICANAS

Como é sabido, a África é um continente que passou por um processo doloroso de colonização. Embora, teoricamente, é um continente nos quais os seus países conquistaram a independência, ainda nos dias atuais depara-se com variadas marcas da colonização, ou seja, uma colonialidade que tange especificamente as funções exercidas no contexto público e privado. É importante ressaltar que a colonização alterou todas as organizações sociais africanas e, principalmente os papéis desempenhados pelas mulheres. Os poderes pertencentes/exercidos por elas foram sendo desintegrados pelas elites africanas, que herdaram o sistema colonial de opressão e exploração, utilizando as ferramentas coloniais contra o próprio povo africano, estabelecendo mudanças nas organizações populares tradicionais, assumiram o controle das operações militares, que por sua vez, foram introduzidas pelos colonizadores, assim tanto como as maneiras de operar a política e o exército.

Segundo Mazrui e Christophe (2010), em África, a divisão entre o espaço público e o privado emergiu em 1930, na decorrência de uma crise no qual os homens tiveram que deixar os lares a procura do trabalho assalariado. Além das mulheres permanecerem no recinto privado, ficaram encarregadas de cuidar dos filhos, da terra e da agricultura, visto que, desde muito cedo, as mulheres africanas tiveram múltiplos papéis, sobrecarregadas com ofícios domésticos, servindo de barreiras para que as mesmas participassem das outras demandas públicas. Como consequência da ausência ou baixa presença de mulheres participando nos quesitos da vida pública, há maior sub-representação feminina nessa esfera.

Ademais, esses autores revelam que a colonização introduziu quesitos como novas técnicas para operação na agricultura, acarretando a perda do papel central das mulheres na produção agrícola, acentuando uma condição de subalternidade. O comércio externo, por sua vez, era efetuado localmente e as mulheres estavam nos centros de decisões, desempenhando a função de comerciantes. Entretanto, quando houve a expansão das atividades econômicas pelos períodos coloniais e pós-coloniais, excluíram as mulheres das posições centrais.

Visto isso, fica evidente que as mulheres estiveram em centros decisórios, no que diz respeito à economia, determinando a existência de um sistema matriarcal. Ainda nessa linha de pensamento destaco que:

Amadiume fala num sistema matriarcal (no sentido de matricentralidade), como um sistema ao mesmo tempo social, económico e político. Este sistema matriarcal, dominado pelas mulheres, que controlavam as atividades agrícolas, o mercado, o comércio e a religião, existia ao lado dum sistema patriarcal, dominado pelos homens, ambos partilhando e cooperando espaço social. (AMADIUME *apud* CASIMIRO, 2004, p. 78).

Exposto isso, averigua-se que tanto o matriarcado e o patriarcado existiam nas sociedades africanas, onde tanto as mulheres e os homens possuíam lugares de decisões importantes, contudo, não eram iguais pois a base fundamental do matriarcado era o agregado familiar e o patriarcado estava relacionado à apropriação e à violência.

Por conseguinte, o quesito da sub-representação das mulheres em África vem sendo uma batalha, pois conforme abordam estudos, as mulheres desempenharam papéis fundamentais na luta armada, Casimiro argumenta que “no período anterior a independência, muitas mulheres ganharam visibilidade na vida política africana participando de diversos modos nas lutas nacionalista e anticoloniais, nos sindicatos, como dirigentes políticas, como esposas e mães” (CASIMIRO, 2004, p.82), porém após esse momento, as mesmas foram apagadas e esquecidas,

diante disso, se dá um dos grandes fatores que condicionaram ao surgimento do movimento de Mulheres em África, acarretado pela resistência à colonialidade.

Casimiro (2004), elenca outras razões para a emergência do movimento de mulheres em África, e conseqüentemente o feminismo em África – predominância do movimento endógeno de mulheres em grande parte das sociedades africanas; segundo, como consequência ao movimento de libertação nacional, fator que possibilitou que as mulheres criassem e conquistassem novos espaços para além dos papéis de mãe, esposa, filha submissas; e terceiro, as mulheres com carreiras profissionais e independentes tanto no continente africano, assim como na diáspora contribuíram muito para engendramento do feminismo em África, adquirindo visibilidade pela sua atuação também em organizações de diversos caráter e nas diversas formas de luta era em prol a emancipação da mulher nas na sociedade africana.

Dessa forma, os movimentos de mulheres africanas visavam a autonomia feminina e autogoverno, pois visto que, de acordo com a Amadiume *apud* Casimiro (2004), os movimentos sociais das mulheres endógenas centralizavam-se num movimento cujo o intuito não era dominar ou controlar o Estado, mas apenas a defesa e a permanência da autonomia das mulheres. Isso se deve ao fato de que as mulheres estão diretamente ligadas as organizações do mercado e da economia.

Evidentemente, várias lutas foram travadas, sendo uma delas a inclusão do gênero nas agendas dos congressos realizados no continente africano, pois o movimento Pan-africano, que datou seu surgimento em 1900, tinha como finalidade central a libertação da África, tendo a participação das mulheres e dos homens. À vista disso, apenas no 6º Congresso, realizado em 1974, presenciando o ápice da luta pela libertação em África, que se decidiu promover a igualdade política e logo no 7º Congresso, realizado em 1994, nas primeiras eleições livres no continente, especificamente nas regiões do Sul, que as mulheres ganharam maior visibilidade e adicionaram as questões de gênero nas suas agendas, destacando o papel da Organização Pan-Africana das Mulheres (OPM), com o objetivo de fomentar um espaço e consolidar as vozes das mulheres africanas em todo mundo (CASIMIRO, 2004).

O número das mulheres em cargos de chefias tem aumentando, entretanto, elas quase não se encontram em postos de poderes. É possível averiguar que a África se destaca, em termos de números estatísticos, com mais mulheres em cargos de chefias em relações aos demais continentes do mundo de forma que,

No sector privado, África tem a segunda maior representação de mulheres em cargos de chefia, logo atrás da União Europeia que lidera com 26 por cento de mulheres. Na

Ásia, América Latina e nos Estados Unidos a tendência é contrária, com os números a cair. Regionalmente, a África Austral tem os melhores resultados, com 20 por cento de mulheres em posições de liderança, seguem-se a África oriental (16 por cento), África ocidental (11 por cento) e o Norte de África (nove por cento). (MCKINSEY, 2016).

Em vista disso, é de se considerar que a África ocupa uma posição de proeminência, porém, ainda assim, ao analisarmos a partir de uma vertente interna do continente, permeia uma sub-representação das mulheres, levando em consideração que as mulheres compõem a maioria da população africana.

A sub-representação se justifica dado que os governos são masculinizados e as mulheres estão nos setores relacionados ao bem-estar social e outras. Nas finanças, por sua vez, são cabeceadas por homens. Tendo em conta os setores privados, as mulheres se encontram nas funções ligadas a consultorias e análises trabalhando com atributos relacionados a recursos humanos, contabilidades e relações públicas, em vez de estarem nos espaços de decisões como no núcleo das instituições, ressaltando que, esses núcleos são meios mais fáceis de direcionarem as pessoas para a arena executiva. (MCKINSEY, 2019).

A representação política é dominada por homens pois as instituições herdaram do colonialismo os privilégios masculinos, conforme afirma Casimiro: “as mulheres acabaram por ser as mais afetadas, uma vez que as autoridades coloniais reconheciam apenas os homens como líderes (CASIMIRO, 2004, p.81). Conquanto devo assinalar que, embora com o quadro exposto:

Há cada vez mais mulheres na vida política. São 24 por cento no continente africano, um pouco acima da média global atualmente fixada em 21 por cento. Em 2010, 19 por cento dos parlamentares eram mulheres, mas este número saltou em 2014 para 24 por cento. Há 36 anos apenas quatro por cento dos membros do governo eram mulheres, agora este valor é de 22 por cento. A África Oriental é a região com melhor desempenho em termos de igualdade de gênero na política, sendo a representação parlamentar feminina de 35 por cento. Na África Austral, este valor é de 25 por cento; no Norte de África 23 por cento; e na África Ocidental 18 por cento. A Ruanda é de longe o país com os melhores resultados, com 63,8 por cento do parlamento formado por mulheres – o que indica uma aposta crescente na igualdade apesar dos últimos traumas do país com a guerra civil e o genocídio étnico. (MCKINSEY,2016)

Nessa senda, os últimos anos, dentre os dez países que apresentam maior número de mulheres no parlamento, três são do continente africanos, portanto, destaca-se a Ruanda que está no topo do ranking, em subsequente se encontra a África do Sul e em terceiro lugar, se depara com o Senegal. No que tange a quantidade de mulheres nos cargos executivos, a África está em uma posição de destaque uma vez que possui uma maior proporção de mulheres

executivas nos conselhos administrativos. Nesse cenário ressalto que, segundo o relatório sobre a paridade de gênero elaborado pelo McKinsey Global Institute, foi ilustrado que:

Na África, um em cada quatro membros do conselho é do sexo feminino. A proporção (25%) é mais alta do que na Europa, segunda colocada com 23%, e está bem à frente da América Latina, lanterna global com 7% (...). A média mundial da representação feminina em conselhos de administração é de 17%. A presença de mulheres em comitês executivos na África é menor do que nos conselhos, com uma proporção de 22%, mas acima da média global de 21%. (MCKINSEY, 2019).

Além desse quadro apresentado, discorrendo sobre o conselho administrativos feminino, podemos ilustrar nomes de mulheres que enaltecem o parâmetro feminino nas arenas de chefe do Estado em África, como por exemplo, Ellen Johnson Sirleaf, sendo a primeira mulher eleita democraticamente no continente, governando a Libéria no período de 2006-2008, lutava contra o desemprego, a dívida pública e a epidemia do ebola. Foi merecedora do Prêmio Nobel da Paz por lutar por questões relacionadas as mulheres como a segurança e os direitos. Da mesma forma, se destaca a Sahle-Work Zewde, que no presente ano, 2019, foi eleita como presidenta da Etiópia onde teve como antecessor uma figura masculina. (DW, 2019).

Essas mulheres ocupam espaços de poderes considerado masculinos e masculizados, nesse sentido, se percebe um avanço em alguns países africanos na desconstrução dos papeis de gênero, todavia, ainda há uma necessidade de mecanismos que combatam as desigualdades e discriminação das mulheres, pois de fato existem iniciativas para garantir a igualdade de gênero, elas têm se revelado ainda pouco eficientes, afinal, a maioria das instituições não priorizam o critério da igualdade de gênero. Embora os presentes dados elencados indicam uma situação de melhora, afirmo que poderiam ser ainda mais positivas se não fossem os empasses mencionados anteriormente, assentados numa cultura patriarcal, sexista e machista, que desvalorizam as mulheres mesmo quando as mesmas possuem mais mérito que os homens e comumente, a meritocracia nem sempre é um critério fundamental.

Em síntese, no presente capítulo, foi apresentado um panorama teórico sobre a representação política das mulheres. Uma vez que a ideia de representação emergiu num contexto divergente do qual conhecemos atualmente, podemos constatar que o conceito da representação foi se ampliando consoante o espaço e o tempo de acordo com as mudanças e construções da estrutura sociopolítico, econômico e cultural.

No que tange a representação política das mulheres, na mesma linha do tempo que as formas de representação foram se multiplicando, as mulheres foram se emancipando e

construindo movimentos que acarretaram em conquistas, inicializando com as sufragistas no século XX, pautado pelo direito a voto. Nessa senda, o continente africano consta em uma posição de destaque no que diz respeito a representação política feminina a nível global, os dados estáticos soam num eixo positivo, porém ainda ocorre uma sub-representação excludente das mulheres em detrimento aos espaços de poder. Portanto, para consolidação de uma democracia que expresse justiça de gênero é imprescindível a adoção de mecanismos que garantam tanto a representação substantiva como representação descritiva, pois assim os grupos sociais subalternizados que compartilham experiências e vivências comuns, terão espaços de visibilidade, participando das organizações e debates políticos.

Vale ressaltar que, em geral, os grupos subalternizados são a maioria da população em todas as dimensões mundiais, o voto permite que as cidadãs e cidadãos obtenham o poder de decisão no campo de governação, e pensando na perceptiva interseccional, tendo em conta o gênero, raça, classe social, orientação sexual, etnia, religião e afins, aquel@s que sofrem as múltiplas opressões e discriminações podem desempenhar um papel fundamental na construção da democracia.

No capítulo subsequente, centralizo o olhar analítico, reflexivo e crítico sobre o contexto de Cabo Verde, com o objetivo de apresentar a luta política das mulheres no contexto nacional tendo em conta a relação com o Estado. Todavia, para tal, faremos uma contextualização do processo da construção histórica da política cabo-verdiana, desde o processo da colonização até a modernidade, para podermos compreender como se engendrou o sistema político, o sistema eleitoral e os partidos políticos, uma vez que tais sistemas foram fomentados com base nos modelos do colonizador.

Em sequência, iremos discorrer sobre os estudos da representação política das mulheres em Cabo Verde, elencando algumas lideranças femininas no processo da luta pela independência, destacando e analisando como foram abordadas as questões das mesmas, durante e pós-independência e ilustrar a situação das mulheres na esfera do poder executivo.

3 CAPÍTULO 2: ESTADO E LUTA POLÍTICA DAS MULHERES EM CABO VERDE

Saliento a relevância do conhecimento histórico dos fenômenos sociais, sendo que esses processos são fundamentais para a uma análise interpretativa, crítica dos comportamentos e configurações políticas da sociedade atual. Exceto Etiópia e Libéria, os demais países africanos estiveram sob o domínio europeu, inclusive Cabo Verde, que felizmente em 1975 atingiu a independência⁴.

É de suma importância salientar que no processo da luta pela independência houve presença feminina, desempenhando funções cruciais pela liberação da nação e essas figuras se denominam Elizabeth Reis, Ana Maria Cabral, Maria Ilídia da Cruz e Josefina Chantre. A primeira relata que se disponibilizou por lutar pela independência em 1967, assumindo inúmeras tarefas dentre as quais de mensageira, fazendo entregas de correspondências e orientações do secretário geral do PAIGC, contactando várias pessoas, serviu de apoio aos camaradas que fugiam de Portugal para a mobilização do exército colonial e ainda instruindo os mesmos a direcionarem para a sede do secretariado do PAIGC em Conakry. Reis ainda afirma que “as mulheres abraçaram a luta em várias frentes, na luta armada, ligadas a saúde, ao ensino, nas reuniões nas Tabancas. Tivemos um papel importante junto dos homens” (MONTEZINHO, 2015).

Por sua vez, Josefina Chantre, inclinada para as causas da política, estabeleceu contato com Amílcar Cabral, demonstrando interesse em participar na luta armada, onde divulgava as informações da luta, sendo uma tarefa fundamental devido ao contexto que se vivia. Ademais enfatiza que dentro do contexto da luta Armada, as mulheres cumpriram um papel importante a nível cultural, social e econômico, para patentear a relevância da discriminação positiva. Já a Ana Maria Cabral, assim que soube do PAIGC, quis contribuir para a luta de libertação, trabalhou na escola onde recebiam os filhos dos combatentes e Maria Ilídia da Cruz decidiu aderir à luta armada, passou por diversas situações discriminatórias, por ser mulher e fazer parte da preparação militar e era excluída das viagens a serviço da luta. Devido a isso, Maria Ilídia foi trabalhar no hospital onde tratavam os feridos de guerra. (MONTEZINHO, 2015).

Nesse sentido político que as mulheres cabo verdianas tiveram dupla função, pois atuaram na luta armada e posteriormente, na luta pelos espaços que lhes eram vedados há muito tempo. Essa batalha veio principalmente após a independência, pois quando Cabo Verde

⁴ É inquietante e necessário um processo reflexivo e analítico concernente à independência que se afirma nas ilhas de Cabo Verde, pois é evidente que não vivemos mais sobre o domínio do império português, contudo, ainda somos colonizados a nível do sistema político, social, econômico, religioso e cultural.

conquistou sua liberdade, as mulheres foram esquecidas. Josefina Chantre afirma que, “[...] a participação da mulher cabo-verdiana na luta armada da libertação nacional não foi fácil, mas, mais difícil continuou a ser para mudar as mentalidades de muitos homens.” (CHANTRE *APUD* SPACER, 2019).

Durante quinze anos, o regime político cabo-verdiano prevalecente foi o monopartidário⁵ e apenas em 1991 houve a abertura política para a democracia, sendo um dos primeiros países do continente a consagrar tal evento. Em 1991 cerca de 3% das cadeiras do parlamento eram ocupadas pelas mulheres, já em 2016 esse número subiu para 23,6% (INE, 2017). Assim se descreve a participação das mulheres na política em Cabo Verde, revelando que o país apresentou um número bastante baixo em nível das figuras femininas na política durante o regime monopartidário e nenhuma mulher no cargo executivo. Com a abertura política, ou seja, com o aprofundamento da democracia, essa realidade começou a se modificar, impulsionada pela participação das mulheres nos órgãos de poder político.

A partir desse contexto, as mulheres começaram a se mobilizar, pensando na condição feminina cabo-verdiana em diversas áreas tais como social, econômica, política e cultural. Foi nesse contexto que nasceu a primeira Organização das Mulheres em Cabo Verde (OMCV-1992). Posteriormente surgiram outras organizações tais como Organização da Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento (MORAB-1992), Associação das Mulheres Empresárias Profissionais de Cabo Verde (AMEPCV-1999). No âmbito do Estado, foi criado, em 1994, o Instituto Cabo Verdiano para Igualdade e Equidade de Género (ICIEG-1994) e a Rede das Mulheres Parlamentares de Cabo Verde (RMPCV-2002). A implementação da lei de cotas se deu em 1999 e, muito recentemente, se conquistou a lei de paridade, as quais abordaremos no capítulo seguinte.

No panorama vigente, Cabo Verde é considerado o arquipélago mais democrático a nível geográfico no contexto africano e isso se constata devido ao respeito aos dispositivos e as normas democráticas, situação em que o Estado de Direito opera conforme os procedimentos legais. Entretanto, os dados estatísticos do ano de 2017, ilustrados pelo Afrobarômetro⁶, por Isbell e Bhoojedhur (2019), apontam que, apesar de a maioria das cidadãs e cidadãos cabo-

⁵Monopartidário é conhecido como um período após a independência, onde existia um único partido em Cabo Verde que era o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC-CV), e esse vigorou até 1990, altura em que foram feitas as primeiras eleições verdadeiramente democráticas, tendo como vencedor o Movimento para a Democracia (MPD). (LOPES, 2015, p.10.)

⁶Afrobarômetro é uma instituição de pesquisa que realiza surveys de opinião sobre democracia, governança, economia e sociedade em mais de trinta países africanos (Afrobarometer, 2019).

verdianos perceberem que as liberdades políticas são respeitadas no país, eles tem apresentado descontentamento com a democracia, especialmente na dimensão econômica e no desempenho do governo na prestação de serviços. Sendo assim, 76% da população do país apresenta insatisfação com o funcionamento da democracia, porcentagem que tem crescido desde 2005 (ISBELL; BHOOJEDHUR, 2019, p. 7).

Ainda com base nos dados apresentados no Afrobarômetro, Furtado e Semedo (2018), enfatizam que em 2017, o nível da confiança da população cabo-verdiana concernente a maioria das instituições teve um declínio. Nesse seguimento, enquanto as forças armadas (62%), os tribunais (55%) e a polícia (53%), possuem resultados positivos majoritários em relação à credibilidade entre os cabo-verdianos, os dados estatísticos ilustram que as instituições eleitas apresentam menos confiança. Nessa ordem, 49% manifestam confiança no Presidente da República, 43% no Primeiro-ministro e na Comissão Nacional de Eleições, 40% na Assembleia Nacional e no partido no poder, 35% confiam no executivo camarário e 31% confiam nos partidos políticos da oposição (FURTADO; SEMEDO, 2018, p.3).

Ainda vale acrescentar que os cabo-verdianos avaliaram negativamente o desempenho econômico do governo em 2017. Por exemplo, 84% da população do país considera que o combate ao desemprego pelo governo tem tido um desempenho ruim. Em 2014, 77% avaliavam esse mesmo quesito dessa maneira. (FURTADO; SEMEDO, 2018).

Nesse quadro, em concordância com os autores, se conclui que as instituições eleitas são percebidas como menos confiáveis do que as instituições não eleitas e além disso, essas têm apresentado um crescimento em credibilidade por parte da população cabo-verdiana.

Roselma Évora destaca que “o fato de um país incorporar os princípios e as regras que definem um governo democrático não é suficiente para produzir democracias com qualidade e garantir a consolidação do regime democrático” (ÉVORA, 2009, p. 15). De fato, a democracia em Cabo Verde ainda não se consolidou pois se analisarmos a nível de gênero, há uma sub-representação das mulheres que é visível tanto no que concerne os poderes legislativos, quanto nos executivos.

Ainda assim, Cabo Verde é considerado um país estável a nível político e democrático, uma vez que nunca sofreu golpe de Estado e os direitos civis, em linhas gerais, são respeitados. As eleições são consideradas livres e justas e os partidos alternam no poder, regularmente. As últimas eleições parlamentares ocorreram em março de 2016, dando espaço para mudança constitucional do governo, com a vitória do Movimento pela Democracia – (MPD), até então na oposição do antecessor o Partido Africano pela Independência de Cabo Verde (PAICV).

3.1 SISTEMA POLÍTICO, SISTEMA ELEITORAL E PARTIDOS POLÍTICOS EM CABO VERDE

O sistema político de Cabo verde é constituído por três poderes encarregados da elaboração, execução e fiscalização das leis, políticas públicas e evidentemente no desenvolvimento do Estado-Nação. Esses poderes são denominados de executivo, legislativo e judiciário, estão constituídos através de paradigmas e procedimentos no qual fomentam o próprio sistema político. De acordo com a definição de Inácio e Batista (2018):

[...] o legislativo tem a prerrogativa de formular as leis, o Executivo as implementa, e o Judiciário julga, estando o equilíbrio da democracia baseando na separação e na capacidade de controle mútuo entre os poderes do Estado. Para além dessa definição clássica, o significado da separação dos poderes e os mecanismos de controle mútuo variam significativamente, dependendo diretamente das diferenças estruturas institucionais. (INÁCIO; BATISTA, 2018, p. 116).

Conforme pondera Almeida (2018), a divisão dos poderes visa a proteção, descentralização ou homogeneização do sistema concernente a algum órgão institucional. Cada país possui sua estrutura própria do sistema de governo e isso reflete no sistema político. À vista disso, Inácio e Batista (2018) afirmam que “as tipologias das formas de governos estão diretamente ligadas à organização do processo decisório em torno dos poderes do Estado ou de como são construídas sua composição, como repartem as suas funções, como estabelecem mecanismos de autonomia, cooperação e prestação de contas” (INÁCIO;BATISTA, 2018, p.116). Nessa circunstância, listamos que nas tipologias das formas de governo temos o presidencialismo, parlamentarismo, semipresidencialismo, cada um com as suas próprias peculiaridades estruturais.

Ainda sob o pensamento dos mesmos autores, eles ressaltam que o parlamentarismo é organizado por uma estrutura composta por gabinete, ou seja, o primeiro ministro e os ministros. Nesse âmbito, existe uma eleição direta dos parlamentares e a maioria dos mesmos estabelece o governo. Subsequentemente, o presidencialismo é o sistema de governo que fortalece as separações de poderes de Estado, a partir do setor Legislativo e Executivo. Nesse contexto, que o sistema semipresidencialismo se diferencia em relação aos sistemas anteriores, pois ele opera num quadro em que o primeiro-ministro é eleito pelo parlamento e ainda assim divide suas atribuições com o presidente não indicado pelo parlamento. (INÁCIO;BATISTA, 2018).

A forma de governo caboverdiano se caracteriza como semipresencialista tendo em vista que o Presidente e os deputados da Assembleia Nacional são eleitos pelos eleitores, o Primeiro-Ministro é eleito indiretamente pela Assembleia Nacional e as autarquias locais tais como as Câmaras e as Assembleias Municipais são eleitas a partir das eleições diretas e simultâneas das cidades e vilas rurais. (SPECK; GONÇALVES, 2019).

Tendo em conta as duas figuras políticas, os poderes do presidente não são correspondentes aos do primeiro-ministro, portanto, este é o dirigente que tem por incumbência por tomar decisões relevante no âmbito governamental enquanto que o presidente detém a função de nomear o primeiro-ministro após as deliberações com os membros do parlamento e também tem o poder de impossibilitar que o parlamento adote uma determinada decisão.

3.1.1 Sistema eleitoral

Com limitações, o sistema eleitoral caboverdiano surgiu em 1975 com o partido único, introduzindo as eleições para o legislativo. De acordo com Speck e Gonçalves (2019), para isso, os partidos apresentavam as listas e as pessoas compareciam nas eleições para votar e caso não concordassem, os partidos tinham que refazer as listas para o segundo turno. As regras eleitorais determinavam que, por meio do sufrágio universal e direto, eram escolhidos os dirigentes políticos, mas o governo era eleito indiretamente pela Assembleia Nacional e os deputados eram eleitos pelo voto popular. (Speck e Gonçalves, 2019).

Em contrapartida, as deliberações do regime monopartidário não atendiam as necessidades da sociedade civil, mas as do Estado, (SARTORI *apud* ÉVORA 2009), nesse aspecto também se destaca a importância da abertura política em 1991, quando ocorreu as eleições competitivas entre o PAICV e o MPD, caracterizando um sistema competitivo centralizados por dois partidos, de forma negociada e pacífica, dando a emergência ao regime multipartidário.(SPECK; GONÇALVES, 2019).

Por conseguinte, podemos pensar na definição do sistema eleitoral como “um conjunto de normas que regulam a transformação dos votos em mandatos, nos processos da eleição de representantes para a ocupação de cargos políticos” (MONTEIRO, 2015, p. 235). Diante disso, é possível entender que o sistema eleitoral engloba todo processos de paradigmas de funcionalidade das eleições tais como:

A marcação de eleição, a apresentação das candidaturas, as regras que as campanhas eleitorais e a divulgação de sondagens eleitorais durante as mesmas, as normas que

definem a capacidade eleitoral ativa (voto direto) e a capacidade eleitoral passiva (direito de eleição), as leis que definem o carácter obrigatório ou facultativo do voto, todas as normas que regulam a transformação de votos em mandatos. (FREIRE *apud* MONTEIRO, 2015, p.235).

Levando em consideração esse conjunto de características que abarcam o sistema eleitoral, podemos constatar que a legislação do mesmo é fundamental para o sistema de governo devido ao seu carácter determinante para o desenvolvimento do país, influenciando o desenho do sistema político. Todavia, Santos sustenta que “nenhum sistema eleitoral é capaz de reproduzir fielmente e de forma proporcional o peso eleitoral de uma comunidade em peso parlamentar. Leis eleitorais diferentes resultam em graus de desproporcionalidade destinos” (SANTOS *apud* ÉVORA, 2009, p. 124).

Como base na literatura, Évora (2009) elenca dois modelos de sistema eleitoral que caracterizam o sistema de representação, em que cada uma possui sua peculiaridade específica e divergem concernente com legislação eleitoral de cada país. Nesse ângulo, a mesma menciona o “*sistema eleitoral majoritário*” que possibilita os representantes políticos serem eleitos quando tiveram a maioria absoluta dos votos, e o “*sistema eleitoral proporcional*”, cuja representação é realizada por uma proporcionalidade de votos obtido por cada candidato.

Na mesma linha de pensamento, Monteiro (2015) revela que o sistema majoritário é importante na medida em que evita a desintegração dos sistemas partidários, promove a estabilidade de governação, ajuda no revezamento partidário no âmbito executivo, etc., enquanto que os sistemas proporcionais abrangem diversas formas de representação, principalmente as mulheres e também impossibilita o surgimento da hegemonia partidária.

Para um representante político ser eleito em Cabo Verde nos processos de eleição como as presidenciais, se “aplica um sistema majoritário, com maioria simples e de dois turnos, ou seja, ganha o candidato que tiver maioria absoluta dos votos válidos e caso isso não aconteça, procede-se ao segundo turno (SPECK; GONÇALVES, 2019, p. 52). Nas eleições legislativas para eleger os membros da Assembleia Nacional o sistema utilizado é o modelo proporcional (ÉVORA, 2009).

Em referência aos círculos eleitorais, Cabo Verde é constituído por 10 ilhas, cada uma possui um círculo eleitoral, exceto a ilha de Santiago que, devido a sua extensão geográfica, os círculos eleitorais foram divididos em duas localizações, Santiago Norte e Santiago Sul. Além disso, no que tange o número total de deputados que podem ser eleitos no parlamento, há variação, sendo o número mínimo de 66 e o máximo de 72 deputados para a Assembleia Nacional. Essa norma foi estabelecida pela constituição em 1999. (ÉVORA, 2009).

O bipartidarismo é uma modalidade que está muito presente na sociedade caboverdiana, afinal, desde a abertura política nacional, não se elegeu outros partidos políticos além do PAICV e MPD, ou seja esses dois partidos “ concentraram juntos mais de 90% dos votos e elegeram acima de 95% dos representantes para a casa do poder legislativo, a Assembleia Nacional, confirmando a consolidação do sistema bipartidário (SPECK; GONÇALVES, 2019, p. 45). Ainda, esses autores justificam o bipartidarismo na maneira como está estruturada o sistema eleitoral visando a baixa magnitude dos círculos eleitorais, a estrutura da cédula (um voto por lista fechada) e a fórmula eleitoral (o voto proporcional baseado no sistema D’ Hondt), e é por isso que outros partidos não conseguiram além de três cadeiras nas disputas. (SPECK; GONÇALVES, 2019).

Monteiro (2015) suscita que “o sistema político-eleitoral é um importante fator explicativo da dificuldade das mulheres às funções eletivas” (MONTEIRO, 2015, p.226), devido a maneira como está estruturada a organização e os procedimentos eleitorais, sendo que na maioria das vezes, os homens se encontram nas cabeças das listas eleitorais e, ao determinar os cargos, os mesmos sempre recebem lugares de mais visibilidades, acarretando uma sub-representação das mulheres no âmbito político. Mas é relevante enfatizar que na Lei n. 56/VII/2010, onde foi alterado o Código Eleitoral, no capítulo VIII, art. 431, no qual aborda a representação de ambos os sexos, declara que:

1. As listas propostas às eleições devem conter uma representação equilibrada de ambos os sexos.
Por subvenção do Estado serão premiados, nos termos da lei, os partidos políticos ou coligações de partidos políticos e as candidaturas apresentadas por grupos de cidadãos em cujas listas se façam eleger, a nível municipal, pelo menos, vinte e cinco por cento de candidatos do sexo feminino (LEI 56/VII, 2010, p.59)

No entanto, as leis estipuladas pelo código eleitoral revelaram ser insuficiente na medida que as listas apresentavam maior números masculinos do que feminino e ainda são eles que se encontram na maioria das vezes nas cabeças de listas. Essa disparidade que foi um dos motivos que se fez pensar e elaborar a lei de paridade no qual obriga igualdade entre os sexos, no mínimo de 40% em todos os órgãos de governabilidade e inclusive nas listas, sendo colocada um homem e uma mulher.

3.1.2 Partidos políticos

Para o começo da conversa, a existência de partidos políticos é vital para a manutenção do governo, pois permite que a sociedade tenha mais escolhas no momento de eleger os seus representantes. Isso é um fato da sociedade moderna, que surgiu logo após a independência dos países africanos. Destacando a conjuntura onde brotou os partidos políticos africanos, Évora (2009) frisa que engendraram num período de colonização com centralização e monopólio de poder, o que justifica a causa das antigas colônias penetrarem no regime de partido único, como Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e evidentemente, outros países da África.

Concernente ao conceito dos partidos políticos, Évora (2009) discorre que são “instituições vitais de intermediação de interesses coletivos, que são posteriormente representados nas instâncias decisórias traduzidos posteriormente em políticas públicas em benefício de uma determinada comunidade política” (ÉVORA, 2009, p.107), sendo assim é notável a função dos partidos políticos para o desenvolvimento da democracia representativa.

Ademais, Mello (2019) aborda os partidos como organizações complexas, devido a existência de uma pluralidade de participantes com diferentes personalidades, a partir das quais cada um poderá agir tendo em conta os critérios pessoais ou coletivos. Sendo assim o autor fala que “os partidos podem ser definidos como qualquer grupo político dotado de um rótulo oficial e que visam coordenar a ação de indivíduos nas esferas eleitoral, parlamentar e/ou governativa. Nesse sentido, tanto podem buscar votos, como cargos ou políticas.” (MELO, 2019, p.156). Em vista disso, tendo em conta o aparato organizacional dos partidos, o autor salienta que existem vários critérios que diferenciam os partidos entre si, variando, por exemplo:

[...] no número de membros, no tipo e no grau de participação interna, nas relações entre líderes, militantes e filiados, na relação com o meio e as demais organizações, no grau de coerência e centralização de sua estrutura ou no perfil de suas lideranças e na relação estabelecida entre elas. As diferenças podem ter relação com o momento de fundação do partido, o perfil de sua base social, os recursos disponíveis para seu desenvolvimento, o tipo de contexto eleitoral e/ou sua oposição no sistema político. (MELO, 2019, p. 157).

É fundamental levar em conta esses fatores que diferem os partidos, apresentados pelo Melo, pois permite a interpretação e compreensão de como tais organizações são fomentadas na sociedade, considerando os comportamentos políticos, as ideologias sustentadas, os projetos desenvolvidos, as relações políticas internacionais e nacionais, etc.

A ideia de estruturas políticas nem sempre existiram e muito menos se tinha a mesma percepção de hoje, pois segundo Melo (2018), os partidos políticos eram, nos primórdios, rejeitados e correlacionados às organizações criminosas na Europa. Desse modo, constata-se que os partidos não eram uma organização aceita e desejada nas sociedades, contudo apenas a partir do século XIX, ou seja, recentemente, as noções de partidos começaram a engendrar outros efeitos.

Diante desse panorama de contextualização saliento que, em Cabo Verde o partido surgiu com a luta armada contra a colonização portuguesa. Tanto Cabo Verde como Guiné Bissau tiveram uma organização partidária comum cujo o nome era Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde -PAIGC, criada em 1956. Este foi composto a partir do protagonismo dos fundadores e líderes africanos, constituídos por caboverdianos e guineenses, destacando o Amílcar Cabral⁷, conquistaram a “liberdade” das duas nações, que só veio a dispersar em 1980, por motivos de ações corruptas do Estado dirigido pelo comissário principal da Guiné Bissau, Nino Vieira. A partir desse cenário, Cabo Verde deu sequência com o sistema de partido único denominado PAICV e Guiné Bissau prosseguiu como o mesmo rótulo, o PAIGC.

No tocante a PAICV, podemos constatar que foi um partido que brotou da luta pela libertação nacional do arquipélago, foi o mentor da edificação e consolidação das instituições pilares da República de Cabo Verde, com os mesmos se deu a abertura política e o Estado de Direito Democrático no país. Além disso, assume o legado ideológico e da obra do Amílcar Cabral, é caracterizado como um partido de esquerda democrática, possui fortes vínculos com as causas sociais. Ao longo do percurso do partido, teve diferentes figuras no tocante as lideranças do partido, seguindo a ordem, iniciando o fundador do movimento Amílcar Cabral assassinado em 1973, em seguida, Aristides Pereira, Pedro Pires, Aristides Lima, José Maria Neves e a recente líder do partido é uma mulher, Janira Hopffer Almada, sendo eleita duas vezes consecutivas. (PAICV, 2019).

No que se refere aos fins do partido, segundo o estatuto do PAICV aprovado no XIII Congresso Praia, 19 de abril de 2013:

1. O Partido Africano da Independência de Cabo Verde promove e defende os ideais e valores da independência, a unidade nacional, o desenvolvimento económico e social, a igualdade, a justiça e a solidariedade nacional.
2. O Partido Africano da

⁷ “Amílcar Cabral (1906-1973), filho de pais caboverdianos, nasceu em Bafatá, na Guiné-Bissau. Considerado o Pai da nacionalidade caboverdiana, liderou o Partido Africano para o Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), que levou os dois países a independência.” (Gomes, 2011, p. 93).

Independência de Cabo Verde pratica a solidariedade para com os povos que lutam pela sua emancipação política, económica, social e cultural e, em geral, para se libertarem de todas as formas de submissão do Homem a relações injustas e degradantes (PAICV, 2013, p 13).

Analisando essa passagem a nível político no que concerne as questões de gênero, foi sob o governo desse o partido que Cabo Verde apresentou um quadro de igualdade de gênero no ano de 2008, se caracterizando como o elenco governamental mais feminilizado da África no qual abordaremos os dados no capítulo subsequente.

O Movimento Para a Democracia-MPD, por sua vez, foi fundado em 1990, nasceu num contexto onde reinava o regime único do PAICV e foi sucessor do mesmo, eleito nas eleições democráticas de Cabo Verde com maioria qualificada em 1991, concretizando a abertura política nacional. Relativamente aos protagonistas desse movimento, foram figuras e trabalhadores com pensamentos ideológicos divergentes ao partido antecessor, que acreditavam emancipar os cidadãos caboverdianos do sistema monopolista e vale citar que a nomenclatura foi estipulada pelo Jacinto Santos.

Conforme as informações descritas na página do partido, o MPD sempre foi um movimento que priorizava a democracia, dialogando com a sociedade civil e se posicionando como um mediador dos interesses sociais e o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do país. Caracteriza-se como um partido do centro, aberto e interclassista, ou seja, operando entre as diferentes camadas sociais, mas que não pertence a nenhuma classe social, considerando um partido de cidadãos. (MPD, 2019).

Com base no estatuto aprovado pela X Convenção Nacional do Movimento Pela Democracia, e as alterações aprovadas pelo Plenário da mesma Convenção reunido na Cidade da Praia, nos dias 12 a 14 de junho de 2013 o Movimento Para a Democracia tem por finalidade:

a) A democratização da sociedade e das instituições cabo-verdianas; b) A consolidação do Estado de direito democrático instituído na Constituição e o desenvolvimento das instituições políticas democráticas; c) A promoção e defesa do pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas; d) A educação cívica e o esclarecimento político das pessoas, bem como a sua participação ativa na vida política e social; e) A formação de uma opinião pública e de uma consciência nacional e política, esclarecidas e progressistas; f) O estudo e o debate dos problemas nacionais e internacionais e a tomada livre de posições sobre os mesmos; g) A definição de programas de governo e de administração, a proposição ou o patrocínio de candidaturas e a participação democrática em eleições para a designação de titulares dos órgãos do Estado e das autarquias locais e na atividade dos mesmos, com vista à influenciarão da política nacional em conformidade com os referidos programas; e h) Os demais permitidos, na lei, aos partidos políticos. (MPD, 2013, p.02).

O Estado cabo-verdiano passou por um processo de cinco mandatos até o presente ano, neste sentido, a população sempre elegeu os mesmos partidos políticos, como PAICV e MPD, ciente da existência de outros partidos tais como: União Caboverdiana Independente e Democrática (UCID-1977), Partido da Renovação Democrática (PRD-2000), Partido da Convergência Democrática (PCD-1994), Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS- finais de nós 90), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Democrata Cristão (PDC), sendo esses dois últimos, ainda com menos relevância nacional.

Relativamente aos processos de eleição dos partidos, no que concerne as legislativas, nesse âmbito, Silva citado pela Évora (2009) afirma que, com base na Constituição da República e a Lei dos Partidos Políticos nº 102/V/99, os partidos políticos têm o monopólio no que visa a apresentação dos candidatos e nesse sentido, os partidos políticos são livres para efetuarem as escolhas de quem poderá compor as listas. Conforme a literatura e argumentos das mulheres cabo-verdianas que fazem parte do âmbito político, os partidos políticos apenas escolhem as mulheres para compor as listas, mas no momento de determinar os cargos de poder, na maioria das vezes, os homens são colocados em ofícios de destaque, posições de poder e visibilidade, enquanto que as mulheres são colocadas numa posição hierárquica de diretrizes correlacionados secundários.

3.2 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES EM CABO VERDE

Diferentes estudos enfatizaram a questão da representação política das mulheres em Cabo Verde (GOMES, 2011; DELGADO, 2011; LOPES, 2013; MONTEIRO, 2015), Crispina Gomes (2011), em sua pesquisa intitulada “Mulher e Poder: O Caso de Cabo Verde”, argumenta que, ao averiguar os espaços ocupados pelas mulheres na sociedade cabo-verdiana, reconhece que ainda há atitudes discriminatórias concernente as mesmas, impossibilitando a sua participação em condições de equidade. Isso porque o sistema patriarcal construiu formas de organizações sociais que conduzem à opressão e exploração, além disso, tal sistema faz com que a sociedade elabore visões diferenciada entre o homem e a mulher, hierarquizando e atribuindo valorizações também numa perspectiva diferente, inclusive, excluindo as mulheres do universo político.

Desta feita, a autora apresenta que a baixa participação da mulher na política é um fato universal, porem cada contexto geográfico vivencia isso num panorama peculiar, devido às

questões de desenvolvimento de cada país e as suas diversidades, e a partir de tais fatores, se fomentam as lutas pelas mulheres. Nessa senda, Gomes aponta que as relações de poder estão centralizadas no gênero masculino, as ações e condutas de renúncia social são impasses para as mulheres em Cabo Verde, tanto que a presença das mesmas nas instâncias de poder ainda é inferior.

Ainda apresentando as abordagens explicativas no que concerne a representação da mulher na política em Cabo Verde, é necessário proceder a análise da trajetória das mulheres caboverdianas dando importância para as suas funções, conquistas e derrotas ao longo do tempo. Nesse quadro, permanecendo em diálogo com Gomes, no âmbito do contexto colonial, a autora afirma que existem poucos dados sobre a presença das mulheres, porém alega que em algumas famílias, as mulheres representavam a figura principal, o que poderia nos levar a pensar na existência do matriarcado antes da colonização.

Como já foi pontuado no capítulo anterior, a saída do homem à procura de melhores condições de vida acarretou na sobrecarga de funções sobre as mulheres, tendo que cuidar de casa e dos filhos. (MAZRUI E CHRISTOPHE, 2010). Nessa ordem, Gomes ilustra que esse fato possibilitou as mulheres de provar a capacidade de administrar o campo privado assim como os homens. Contudo, isso não era algo que tinha uma predominância, pois ao longo da sua dissertação, a autora discorre que, diante do contexto colonial, não haviam representações de mulheres na vida pública e política em Cabo Verde, pois as mesmas eram excluídas.

Já durante o processo da luta pela libertação, Gomes ressalta que tanto as mulheres caboverdianas quanto as mulheres guineenses, tiveram representações nas linhas de frente do combate, porém havia resistência por parte dos homens concernente a presença de mulheres nas frentes onde deram suas contribuições pela libertação das nações. Além disso, também tiveram presença nos cuidados com os feridos, nos ensinos e desempenhando papel de professoras, conforme dito no início deste capítulo.

Ademais, podemos ver que havia representações das mulheres no Partido, sendo que em cada comitê, era obrigatória a presença delas, porém não tiveram muito espaço quando o país ascendeu independência embora os estudos revelam a presença das mulheres no parlamento, não havia nenhuma mulher no executivo.

Conforme relata a autora, um dos passos mais importantes que as mulheres militantes do PAICG deram foi quando participaram do VII Congresso da Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM) realizado em Berlim, decorrentes das atividades da Década das Mulheres no ano de 1975-1985, porque a partir desse cenário, as

mulheres estabeleceram pontes com várias mulheres de outras partes do continente, compartilhando aspectos femininos a nível global.

Diante disso, as mulheres iniciaram uma mobilização para conscientização de outras mulheres, sendo que a partir desse movimento se culmina a criação da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) em março de 1981. No decorrer dos anos, pautaram por presenças de mulheres nas instâncias de poder, um movimento que teve êxito pois em 1975 havia apenas uma bancada de mulheres e em 1980 aumentou para duas bancadas.

Dessa forma, Gomes também elenca as causas da baixa representação feminina no contexto pós-independência como a forte influência da cultura colonial, a extrema dependência do marido e a baixa autoestima por parte delas mesmas. Esse complexo quadro apenas teve mudanças em 1980 com representação das primeiras mulheres na direção do PAICV. Atualmente, a autora salienta que a representação da mulher em Cabo Verde é um fato notório, porém ainda continua sendo a minoria nos cargos de direção e dos partidos políticos.

É importante destacar os desafios das representações femininas nos espaços de poder e visibilidade, ou seja, espaços que foram determinados como masculinos e são masculizados, sendo assim, Neusa Delgado, na dissertação cujo o nome “Desafios da Gestão e Liderança Feminina em Cabo Verde: Como Exercer a Liderança em Espaços de Identidade Masculina”, publicada em 2011, foca em identificar, caracteriza e entender os fatores que contribuem para a eficácia da gestão e liderança da mulher caboverdiana nos cargos de chefia de topo, que por serem espaços considerados como “dos homens”, acarretam desafios para as mulheres. Para estabelecer a análise, a autora centralizou olhar nos seguintes fatores: criar uma visão, desenvolver seguidores, implementar a visão, dar continuidade, alcançar resultados e trabalho em equipe.

Dando seguimento, a autora advoga que as mulheres são mais flexíveis em termos de abordagem, a sua capacidade de articular os fatos, de motivar e de se adequar ao perfil de cada membro da sua equipa, possibilita o exercício da liderança com eficiência e eficácia, definindo as estratégias e alinhando as pessoas, com vista a atingir os resultados consistentes com a missão e os objetivos da organização. Contudo, mesmo assim, as mulheres continuam tendo maiores dificuldades em atingir cargos de poder e ainda com vencimentos inferiores aos homens, mesmo quando se encontram nos mesmos cargos.

A autora faz uma análise de como é ser líder feminino e masculino. Ela evidencia que a primeira usa uma postura centrada na experiência e no conhecimento especializado, onde estuda e analisa as causas nas suas profundidades e conclui suas finalidades, ou seja, a mulher sendo

líder usa as posturas técnicas para líder e usam o lado emocional para manter o entusiasmo e envolvimento dos outros. Mostra ser uma líder que delega, sabe comunicar o que pensa, porém ao mesmo tempo é metódica e tática, com uma preocupação para alcançar resultados de curto prazo, o que lhe poderá dificultar a implantação das suas ações. A líder sabe controlar a imagem que projeta sobre os outros, porém perante seu superior hierárquico poderá apresentar alguma inibição em desenvolver as suas ações de liderança. No entanto a líder em evidência apresenta alguma dificuldade em projetar para os outros o seu conceito de trabalho em equipe, mas desenvolve uma atitude orientada para o consenso, que não é percebida pelos outros membros da organização, valoriza as ideias e opiniões dos outros e recolhe as suas contribuições como parte do processo de tomada de decisão.

Enquanto que o segundo, o líder masculino possui uma postura estratégica, baseada na objetividade, pensando no futuro, adota uma postura extrovertida e de fácil relacionamento interpessoal, têm controle da imagem que projeta, sendo as suas ações de liderança percebidas por todos como tal planeia. É comunicativo de uma forma metódica. Perante o seu superior hierárquico possui uma postura de controle e apresenta alguma dificuldade em projetar para os outros o seu conceito de trabalho.

Em concordância com a Delgado (2011), ambos os gêneros apresentam capacidades de ocupar os cargos de chefia e de liderança. Porém mesmos que os dados em evidência comprovam tais quesitos, as mulheres enfrentam vários desafios tanto para estar em lugar de elegibilidade quanto de permanecer em cargo de chefia. Sem dúvida que tais fatores têm fortes repercussão a nível de representação feminina, na medida em que as barreiras fomentam impasses para mais participação das mulheres.

Por sua vez, Arcádio Lopes, na sua dissertação de mestrado intitulada “A Problemática da Participação das Mulheres nos Órgãos de Poder Político: O Caso do Parlamento Cabo-Verdiano” publicada no ano de 2013, analisa o impacto do desenvolvimento econômico, social e cultural na participação feminina no parlamento Cabo-Verdiano. Dessa forma, Lopes (2013) afirma que Cabo Verde desenvolveu em tais âmbitos já mencionados, o que acarretou a entrada das mulheres em todos os órgãos de decisão, especificando o espaço parlamentar.

No tocante ao desenvolvimento econômico, o autor afirma que as mulheres são as mais afetadas pela taxa de desemprego, porém tendo em conta o período de 2000-2010, houve mudanças consideráveis em relação à condição feminina. Nessa ordem, ao analisar o âmbito profissional considerando o fator sexo, Lopes pontua que existe uma sub-representação feminina em várias ofícios, exemplificando as Forças Armadas, onde os dados demonstram que

há uma diferença gritante, de 2% das mulheres contra 98% dos homens, dado que ainda existe a ideia de que as mulheres devem estar nos espaços domésticos (LOPES, 2013, p. 28). Contudo, o autor afirma que o crescimento na dimensão econômica constatado no país implica que a situação das mulheres tem apresentado melhorias, refletindo conseqüentemente na representação feminina na arena política.

Para estabelecer a análise relativamente ao desenvolvimento social, Lopes ponderou quatro critérios tais como: estado civil, índice sintético de fecundidade, as mulheres na direção dos sindicatos e as mulheres nas profissões judiciais. Portanto, a nível do estado cível, constata-se que reduziu as estatísticas das mulheres casadas, logo há uma redução da dimensão familiar, da mesma forma que refletiu na diminuição da taxa de fecundidade, favorecendo certa desopressão das tarefas domésticas, possibilitando que mulheres tenham mais tempo para dedicar à política, impulsionando a sua entrada no parlamento.

No âmbito das mulheres na direção dos sindicatos, os dados evidenciam que houve um aumento de mulheres nessas direções, na mesma ordem do aumento de mulheres no parlamento. E para finalizar o estudo sobre o desenvolvimento social, seguem as ponderações dos estudos concernente as mulheres nas profissões judiciais, concluindo-se que ainda continua um sistema desigual de oportunidades entre os sexos, particularmente no que se refere aos delegados de procurador, aos Membros do Supremo Tribunal de Justiça, aos juizes, dado que entre 39 juizes, constata-se nove mulheres no ano de 2003. Em 2004, eram 10 mulheres de 33 juizes.

Finalizando as abordagens explicativas referente a representação política das mulheres cabo-verdianas, Lopes apresenta os registros do impacto do desenvolvimento cultural, afirmando que a dimensão cultural está intimamente relacionada com os quesitos mentais dos indivíduos, que por sua vez contribuem para a adesão das mulheres no parlamento em Cabo Verde. É obvio que ainda se percebe uma desigualdade no que tange a instrução, pois tendo em conta os diferentes níveis de escolaridade, os dados estáticos revelam que os homens tem mais estudo do que as mulheres. Porém, com base nos mesmos dados, o autor advoga que as mulheres se tornaram mais instruídas, alimentando capital cultural e impulsionando-as para a adesão e ocupação nos órgãos de poder, enfatizando o parlamento. Portanto é nessa senda que o autor destaca que quando há melhorias nas vertentes sociais e culturais, logo afeta a representação das mulheres na política.

Subseqüentemente, Eurídice Monteiro desenvolveu pesquisa denominada “Entre os Senhores Das Ilhas e as Descontentes: Identidade, Classe e Gênero na Estruturação do Campo Político em Cabo Verde”, publicada em 2015, em que estabelece uma análise dos órgãos

políticos nacionais e municipais, examinando as diferenças entre os processos eleitorais e de nomeação no acesso das mulheres ao campo político. Para além disso, a autora utiliza a abordagem interseccional de gênero, classe e religião para compreender a participação política das mulheres nos órgãos de alta representação nas ilhas.

Para isso, a autora traz os aspectos da colonização para analisar as questões da representação das mulheres naquele contexto. Assim como Gomes (2011), ela afirma que havia uma ausência delas nos órgãos de alta representação política no contexto colonial, e Monteiro segue argumentando que havia diferentes modos de tratamento entre as mulheres que usufruíam do estatuto de mulheres colonizadoras, colonizadas, casadas, viúvas e solteiras. Essa hierarquização impactou na menor representação das mulheres na medida em que ergueu uma desigualdade no nível estrutural e histórico na sociedade cabo-verdiana.

Portanto, tendo em conta a delimitação do tempo estipulado pela autora 1991-2011, a representação política das mulheres em Cabo Verde no decurso da transição do monopartidarismo para o multipartidarismo, nota-se que as mulheres estão subrepresentadas nas listas eleitorais, ocupando posições secundárias nas mesmas, contribuindo para a sua sub-representação nos órgãos de poder. No poder legislativo, ocupam um quinto dos assentos parlamentares, tendo em conta que a fraca representação feminina ocorre da mesma forma em outras instâncias de poder local. Para além disso, no tocante ao poder executivo, no regime monopartidário, o país foi governado sem presença de mulheres. Em 2008, sob a governação do mesmo partido, no caso, PAICV, houve uma mudança, com a paridade de gênero nos cargos ministeriais, destacando que nessa época, apenas três países viviam sob a mesma realidade – Espanha, Finlândia e Noruega.

Portanto, relativamente à desigualdade representativa entre os gêneros no exercício de poder parlamentar, Monteiro sustenta que a causa está na distância estabelecida entre a posição de classe e a dinâmica da instituição, alimentando que esse distanciamento enfraquece as lutas políticas e movimentos sociais das mulheres. Outro ponto importante exposto pela autora, é a abordagem interseccional para compreender como fomenta o tempo das mulheres da elite política. Nesse quadro, se evidencia que algumas mulheres ministras admitem a importância das empregadas domésticas nas suas vidas, pois tem mais tempo para dedicar à vida política. Entretanto, isso acaba reproduzindo a discriminação entre mulheres, por sua vez, presente numa posição de exploração no espaço privado das mulheres que possuem o poder político. Nesse mesmo sentido decorre as desigualdades entre os espaços rurais e urbanos.

Entretanto, no que diz respeito aos papéis que as mulheres desempenham percebe-se que não são completamente visíveis, em outros campos sociais, a não ser na família. A sociedade cabo-verdiana é marcada por construções machistas e hierárquicas nas relações entre homens e mulheres que ficaram incutidas no imaginário social, de que o lugar da mulher é em casa (privado) e do homem nos lugares públicos.

3.2.1 Mulheres no governo executivo

O foco desta monografia é identificar as barreiras que dificultam uma maior representação política das mulheres no executivo, bem como os últimos avanços institucionais nessa área. Sublinhando que é o núcleo central de poder onde as ministras exercem tal cargo por nomeação, desempenhando uma função crucial na visibilidade e representação de sujeitos que foram historicamente excluídos nas estruturas do poder, afirmando a presença das mesmas porque tem contribuindo para a promoção e aumento de representação da condição feminina e desenvolvimento do Estado caboverdiano. Reforçando esse pensamento, D´Araújo e Ribeiro (2018) sustentam que:

[...] os ministros constituem o que se pode chamar de um núcleo central de poder. Ocupam altas posições junto ao Poder Executivo do qual fazem parte, ajudam na definição e na formulação de políticas públicas, autorizam despesas, servem de amortecedor para conflitos políticos, são exemplos da pluralidade e da repartição democrática de poder, expressam a força de certos partidos e refletem, portanto, o resultado da vontade do eleitor. São também um ponto de contato sensível e estratégico do Poder Executivo com o Poder Legislativo, bem como atores fundamentais para a governabilidade e a estabilidade política (D´ARAÚJO; RIBEIRO, 2018, p.41).

Nesse contexto, podemos salientar que os ministros ocupam uma posição de comando na arena política fundamental para os países, na medida em que o sistema de governo abrange o sistema político composto por sujeitos e instituições cruciais para a estabilidade política.

Com base na literatura sobre Estado, D´Araújo e Ribeiro (2018) salientam que as abordagens sobre os estudos dos ministros tem um longo percurso na Europa e nos Estados Unidos, enquadrando variáveis como as tipologias das formas de governo, as características sociais e a rotatividade dos ministros, a composição partidária dos gabinetes, a governabilidade, os tipos de relações entre os partidos políticos e o chefe do Executivo e a estabilidade política. Ademais, alegam que os estudos utilizam outros mecanismos para analisar a composição ministerial dos países como o percurso histórico parlamentar, arranjos institucionais, por

exemplo, a Europa Ocidental após a II Guerra Mundial teve como critério de análise os aspectos educacionais e ocupacionais.

No tocante a gênero, D´Araújo e Ribeiro (2018) afirmam que “as mulheres não só são a minoria em ambos os sistemas, como têm mandatos mais curtos, carreiras políticas mais abreviadas e que são alocadas em setores específicos” (D´ARAÚJO; RIBEIRO, 2018, p.41). Nesse contexto, os autores levaram em conta os sistemas parlamentaristas e presidencialistas, porém podemos analisar esses aspectos nas outras formas de governo como semipresencialista, exemplificando no caso Cabo Verde, uma vez que os cargos dos ministros e ministras apresentam uma preponderância masculina, visto que são nomeados mais aos homens. Além disso, como afirma Monteiro:

[...] por um lado, exige-se muito mais as mulheres do que os homens para o desempenho dos mesmos cargos, por outro, sem a intensão de politizar as diferenças de *status* socioeconômico, políticos e cultural entre as mulheres, patenteiam-se ainda as desigualdades estruturantes, simbólicas e históricas que subsistem internamente no coletivo feminino. (MONTEIRO, 2015, p. 213).

Nesse quadro, as mulheres, além de serem atingidas pelo sistema machista e sexista, ainda são afetadas pelas desigualdades a nível de classe e região, uma vez que as mulheres elitizadas têm mais acesso as melhores formações acadêmicas, mais acesso a vida política e melhores condições de vida. Esses são fatores determinantes que perpetuam uma desigualdade dentro do coletivo de mulheres. Nesse sentido que atuam as organizações, instituições e movimentos sociais em Cabo Verde, o qual abordaremos no próximo capítulo.

Para mais, denota-se a necessidade de mecanismos que exige do governo a promoção de participação e representação feminina nos elencos governamentais, visto que também nunca teve uma mulher como chefe do Estado Nacional Caboverdiano.

D´Araújo e Ribeiro, (2018) expuseram inúmeras variáveis para as análises de ministros brasileiros e Monteiro (2015), elabora análise dos membros da governação partidária apresentado em junho de 2008 e em março de 2011 em Cabo Verde, comparando a idade, o nível de instrução e o local de origem. Com base nessas variáveis, a nível da idade:

Em 2008, a idade média das mulheres-ministras era de 47 anos, sendo a mais nova com menos de 30 anos e a mais velha com 66 anos; enquanto a idade média dos homens-ministros era de 54 anos, sendo o mais novo de 47 anos e o mais velho com 64 anos. Em 2011, manteve a idade média das mulheres no Governo, sendo a mais nova com 33 anos a mais velha com 54 anos; enquanto a idade média dos homens baixou para 49 anos, sendo o mais novo com 41 e o mais velho com 49 anos. (MONTEIRO, 2015, p. 213).

A autora salienta que a diferença da idade traduz que as mulheres transmitem para a classe política uma característica mais nova, sendo importante para as pastas correlacionada à juventude destinada ao membro mais jovem do elenco governamental. Ademais, podemos ver que a idade média das ministras é mais baixa do que dos ministros, nessa lógica, ressaltando os seguintes questionamentos para possíveis reflexões: porque baixou a média dos ministros e não das ministras? Será que as mulheres mais novas são consideradas com menos habilidades para exercer os cargos de nomeações? Até que ponto esse fator influencia na (sub) representação das mulheres em cargos de nomeação, uma vez que a variável idade é fundamental para a nomeação das mulheres para os cargos no poder. Subsequentemente, a nível de instruções, os dados traduzem que:

Todos os membros do elenco governamental obtiveram um diploma de ensino superior, com formação intelectual na Europa, Brasil e EUA. Em 2008, o nível de instrução das mulheres era ligeiramente inferior ao dos homens. Porém em 2011, a aproximação da média de idade entre os sexos traduziu-se numa ligeira vantagem para as mulheres relativamente ao nível de instrução.” (MONTEIRO, 2015, p.214).

Para além disso, Monteiro acrescenta que as mulheres possuem habilidades cosmopolitas, com capacidades extremas para exercer cargos executivo e além disso, detêm recursos culturais, sociais e intelectuais para o poder político. Visto isso, percebe-se que as mulheres são qualificadas para ocuparem cargos na política, especificamente, no governo. Porém é inquietante que, mesmo com as instruções e acumulações de variados recursos, elas estarem numa posição de sub-representação. Isso leva à constatação que a meritocracia nem sempre é um ponto avaliativo no momento das nomeações. Conforme as respostas das mulheres das entrevistas coletas (abordaremos no próximo capítulo), muitas das vezes um homem é escolhido não pelo mérito, porém por ser homem e as mulheres mesmo possuindo habilidades já mencionadas, são relegadas devido às estruturas machistas e sexistas. Além disso, de acordo com Monteiro:

[...] Em termos sociais, verifica-se efetivamente que as mulheres-ministras são oriundas, tanto como os homens ou um pouco mais do que eles, de meios sociais privilegiados. Em relação ao meio familiar de origem, algumas delas manifestaram maior herança da classe média, tendo ligações familiares e pessoais com a antiga burguesia agrária, a burguesia comercial, a geração da luta pela independência nacional e a burguesia político-administrativa da era colonial ou do período pós-independência. (MONTEIRO, 2015, p.214).

Deste modo que, em concordância com a autora, as características sociais dessas mulheres, estão centralizadas nas famílias de origem, e lembrando que, as influências das

mulheres no seio familiar, geralmente é o pai. Além disso, conforme destaca a autora, as mulheres-ministras quase não refletem a imagem das mulheres cabo-verdianas e as suas diversidades, na medida em que o elenco é composto por uma pequena elite política, com trajetória de vida que não representa a maioria assim.

Contudo, conforme foi exposto no capítulo anterior, esses critérios descritivos, não significam que, necessariamente as mulheres presentes no governo não podem representar as mulheres cabo-verdianas, se deve ter em mente outras questões correlacionadas à representação, discutidas no capítulo anterior. Relativamente ao local de origem, é evidente que há mais presença de mulheres dos centros geográficos na estrutura do poder central, pois a Praia, sendo a capital do país, localiza os recursos e ainda possibilita o acesso para as mulheres.

Nesse quadro de análise podemos constatar que as mulheres apresentam excelentes habilidades e méritos para ocupar espaços políticos de poder, porém vale destacar que, exceto o elenco governamental paritário de 2008, os demais geralmente foram constituídos por homens da elite política nacional, em contexto similar às análises realizadas por D' Araújo e Ribeiro (2018) sobre a realidade brasileira, em que a maioria dos ministros eram homens, brancos, de uma faixa etária a partir de 50 anos (o que se aproxima da realidade caboverdiana), com ótimas instruções e compondo uma elite social intelectual.

Com base nisso, entende-se que apesar dos acúmulos de múltiplas variáveis, as mulheres-ministras continuam numa posição de sub-representação e subalternização devido às desigualdades de gênero, acentuados na sociedade machista que atribui cargos de poderes aos homens em detrimento das mulheres. Além dessa barreira, ainda se evidencia a insuficiência de políticas públicas para promoção de igualdade e equidade de gênero no poder executivo, pois esse mecanismo poderia ser um método de incentivar o chefe de governo a nomear mais mulheres e para além disso, de haver nomeações de mulheres para chefe do governo, uma vez que nunca se presenciou tal fato. Ainda podemos ressaltar a importância de promover mecanismos para mudanças de mentalidades dos indivíduos na sociedade cabo-verdiana, na medida que atribui pouca credibilidade nas figuras femininas nas arenas públicas, políticas e particularmente em posições de destaques e de comando.

Em suma, neste capítulo centralizamos o nosso olhar sobre o contexto das instituições políticas cabo-verdianas e, particularmente, na luta política das mulheres em ocupa-las. Podemos concluir que elas estiveram presentes e liderando desde a luta pela libertação em diversas situações, mas, infelizmente, a relação delas com o Estado no período após independência não ocorreu na maneira tão positiva, a ponto de haver representações

significativas nos órgãos de poderes. Nesse sentido, nota que o quesito da paridade de gênero não foi um fator relevante para os dirigentes no poder.

Contudo, essa realidade apresentou mudanças em 1991, com a abertura política pois com a transição do regime monopartidário para multipartidário e a introdução da democracia, acarretou vantagens a mais participação política das mulheres, favorecendo condições a criação de organizações e leis em prol da representação política das mulheres.

Ademias podemos ver que Cabo Verde é um país considerado mais democrático no contexto africano, ainda que deve-se levar em consideração os desafios como, por exemplo, as condições econômicas da população, fator que faz com que a democracia seja avaliada de forma negativa pela população local, além disso, a paridade de gênero também nos faz questionar sobre o estado democrático nacional.

No próximo capítulo, esboçaremos sobre as barreiras que causam a sub-representação das mulheres no âmbito executivo e analisando tais barreiras como institucionais, culturais e econômicas com base nas recolhas de dados realizados com as mulheres que estiveram nos cargos ministeriais em Cabo Verde. Em seguida, analisaremos os avanços institucionais para maior representação das mulheres caboverdianas, particularmente no executivo. Para isso vamos analisar o Instituto Caboverdiano de Igualdade e Equidade de Gênero (ICIEG) e a Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde (RMPCV), os Programas dos Governos PAICV e o MPD, o Plano Nacional para Igualdade de Gênero (PNIG) e a lei de paridade que foi aprovada em 31 de outubro de 2019.

4 CAPÍTULO 3: BARREIRAS QUE DIFICULTAM UMA MAIOR REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES CABOVERDIANAS NO EXECUTIVO

Não obstante os progressos alcançados pelas mulheres caboverdianas, especialmente nos centros de poderes e tomadas de decisão, a persistência de barreiras que condicionam a sub-representação requer medidas de adoção de políticas públicas com ênfase na igualdade e equidade de gênero. Para mais, detectar empasses especificamente no âmbito executivo, requer também uma atenção particular visto que é um cargo de nomeação que depende das vontades do chefe de governo e salientando que Cabo Verde nunca teve uma mulher como primeira-ministra.

O objetivo do presente capítulo é identificar e analisar alguns desses fatores que dificultam uma maior representação política das mulheres caboverdianas no executivo e apresentando relatos de mulheres que já atuaram no ambiente político em Cabo Verde, particularmente, no executivo.

Percebe-se que as barreiras afetam mais as mulheres, devido as construções patriarcais e continuam alimentando as dimensões culturais, as instituições e as situações econômicas. Nessa senda, Matos (2010), ao estabelecer análises sobre as barreiras à eleição de candidatas femininas ao Legislativo brasileiro, determina a primeira barreira como da “*ambição política*”, um conflito de nível micro, ou seja, refere aos “ principais elementos da determinação individual/subjectiva a concorrer ou ambicionar um cargo eletivo” (MATOS, 2010, p.4), isto é, a ambição política agrega todos os parâmetros pessoais do indivíduo tais como pouco interesse na prática e participação política, fazendo com que as elas fiquem com receio de apresentar candidaturas por insegurança de como as proposta serão recebidas.

Nessa senda, a Entrevistada I, suscita alguns dos fatores percebidos que inibem a participação das mulheres na política:

Medo de participar, particularmente nas campanhas, o tempo, o fato das mulheres serem educadas para estarem no espaço privado, a cultura patriarcal, a forma como os partidos políticos estão organizados e a reduzida participação nos órgãos de decisão dos partidos políticos. (Ent. I, Ex. M- Dep. Autarca, 2017)⁸.

⁸ TAL. Fulana de. Entrevistada I.: [mai.2017]. Entrevistadora: Lenira Mendes Monteiro Gonçalves. Brasil, 2017. Questionário. O questionário encontra-se no Apêndice.

Nesse ângulo podemos observar como é que um conjunto de impasses sendo culturais, institucionais e econômicos conduzem à baixa representação feminina. Matos frisa que os fatores econômicos impedem as mulheres de atuarem na política, devido a desigualdade do salário entre mulheres e homens. Nesse contexto, averigua-se um leque de impedimentos que influenciam na ambição política das mulheres, refletindo na participação das mulheres no executivo. A Entrevistada II enfatiza que os motivos para menor participação feminina nos espaços de tomada de decisão estão assentes nos seguintes aspectos:

As mulheres carregam as múltiplas jornadas e são muito sensíveis às críticas públicas sobre o seu desempenho no lar, como mãe, esposa filha, ou seja, ela sente-se responsável pelo funcionamento dos sistema de cuidados na sociedade e muitas vezes considera que se fizer política não poderá fazer o seu melhor; Os partidos políticos, a sua forma de funcionamento não são muito inclusivos. Os horários, os métodos de trabalho, o domínio histórico dos homens: são organizações estruturadas à imagem e semelhança dos homens; A forma como as campanhas são feitas, a linguagem de maldizer e invasão da vida privada, a forma como as próprias mulheres atacam-se umas às outras não com argumentos políticos ou de interesse público, mas recorrendo à devassa da vida privada, não só da pessoa que faz política, mas de toda a família. A forma de fazer política, com pouca verdade e muitos jogos de bastidores, troca de favores, jogos de influência é pouco apelativo ao engajamento de mulheres. (Ent. II, Ex. M-Dep./Autarca, PAICV, 2017)⁹.

Tento em conta os pontos ressaltados pela entrevistada II, sobre a forma como os partidos políticos e os métodos de trabalhos, é necessário ilustrar como essas instituições são condicionadas pelas condições patriarcais e é nessa sequência que Monteiro (2015) descreve o jogo eleitoral em Cabo Verde:

Nas campanhas eleitorais exigem o contato no terreno com a população de diferentes localidades, sendo muito mais renhidas e violentas no interior das ilhas e nas áreas mais periféricas. Por essa razão, num momento de elevada concorrência eleitoral, era preciso apostas que garantissem as maiores probabilidades de vitória. Como tal, algumas ministras da experiência partidária foram preteridas a favor dos homens de terreno, recrutados da estrutura partidária. (MONTEIRO,2015, p.211).

Nessa descrição detecta-se dois pontos importantes, sendo o primeiro a discriminação institucional, ou seja, do partido em relação às mulheres, quando apostam nos homens por acreditarem que são mais propensos à vitória e o segundo ponto é que essa preferência deriva das construções sociais de como as mulheres seriam vistas e recebidas no interior das ilhas (regiões rurais), uma vez que são regiões ainda com fortes resquícios do conservadorismo. Deste modo, essas regiões carecem ainda mais de projetos e trabalhos emancipatórios para

⁹ TAL. Fulana de. Entrevistada II.: [mai.2017]. Entrevistadora: Lenira Mendes Monteiro Gonçalves. Brasil, 2017. Questionário.

desconstrução, especificamente sobre as condições femininas, não só na vertente da participação e representação política, mas nos módulos da sexualidade, reprodução feminina, etc.

Ainda abordando os obstáculos institucionais, Matos (2010) define-os como confrontos de segundo nível, permeados por aspectos “*sociológicos*”, remetendo às questões estruturais do sistema político-partidário e às condições de elegibilidade. Nessa ordem, a autora identifica como “assimetrias significativas na distribuição do poder e também dificuldades das próprias mulheres em participar ativamente das tomadas de decisões em vários âmbitos” (MATOS, 2010, p.5). Dessa forma constata-se que a forma como os partidos políticos estão estruturados condiciona o equilíbrio entre o gênero. Como afirma a terceira entrevistada sobre as listas eleitorais elaboradas pelos partidos, “[...] a falta de preparação atempada das listas para permitir a mulheres a se organizarem.” (ENTREVISTADA III, Ex. M-Dep. 2017)¹⁰ é fator da sub-representação, além dos conflitos partidários, ainda os conflitos dentro da própria instituição envolvendo mulheres que não se apoiam. Para a ilustração, entrevistada II afirma que:

As mulheres em Cabo Verde são as principais opositoras das mulheres que escolhem participar na vida pública. Há muito que fazer para haja uma verdadeira mudança da mentalidade. As mulheres são muito solidárias entre si nas tarefas tradicionais, mas pouco solidárias nas atividades profissionais competitiva e na vida pública. (Ent. II, Ex. M-Dep./Autarca, PAICV, 2017).

Nesse contexto, é relevante destacar a noção de sororidade, utilizado pela Kate Millett, na década de 70, com intuito de criar uma corrente ideológica de harmonia social entre as mulheres, independentemente das convergências culturais, sociais, econômicas ou políticas. (GELEDES, 2019). Assim, percebe-se que ainda falta às mulheres a sororidade entre elas, a consciência de união, por serem mulheres, pela causa da igualdade de gênero, pois o conflito interno que ainda persiste nessa camada repercutir na sub-representação das mesmas nos espaços de poderes, de nomeações, tomadas de decisões, o que enfraquece a luta política de outras mulheres. Por isso que é importante a percepção de que a batalha deve ser contra o sistema machista e sexista que ainda condiciona espaços de subalternização as mesmas.

Contudo, Okech (2018) problematiza como tem sido utilizada a ideia de sororidade e solidariedade, reconhecendo que o modo como “[...]a Solidariedade e a Sororidade são

¹⁰ TAL. Fulana de. Entrevistada III.: [mai.2017]. Entrevistadora: Lenira Mendes Monteiro Gonçalves. Brasil, 2017. Questionário.

empregadas é limitador na promoção de uma política que desafia o patriarcado de maneiras significativas.” (OKECH, 2018, p.49), visto que se apoiam na identidade de gênero por vezes consideradas fixas e um ponto em comum de opressão. Nessa senda, a autora sugere um novo modelo de política feminista sendo ela “idealista, mas pragmática, profissional, transparente, capaz de construir alianças com grupos diversos, bem como os interesses estabelecidos.” (OKECH, 2018, p.55).

Outro ponto mencionado pela Entrevistada I são as atividades domésticas, por sua vez, é predominante nas comunidades rurais, demandam muito tempo, condiciona uma grande sobrecarga, esforço, impossibilitando a elas condições para se dedicar a política, visto que:

A divisão sexual do trabalho doméstico implica menor acesso das mulheres ao tempo livre e à renda, o que influencia as suas possibilidades de participação e representação políticas. Práticas e valores que sustentam uma divisão sexual do trabalho fundada em concepções convencionais do feminino e do masculino têm impacto não somente no acesso das mulheres a cargos políticos, mas também em sua atuação legislativa. (SANCHES, 2017, p.62).

Dessa forma, esses fatores afetam o âmbito executivo já que quanto menos mulheres houver no poder e nos espaços centrais, menor representação haverá nesses campos pois existem mulheres que estão “confinadas ao espaço privado, dedicando cerca de 09:00 diárias ao trabalho não remunerado, as mulheres não se interessam pela política” (ENTREVISTADA I, Ex. M- Dep. Autarca, 2018). Nesse quadro, de acordo com a pesquisa pioneira sobre uso do tempo e trabalho não remunerado, realizada em 2012 pelo Instituto Nacional de Estatísticas¹¹:

Quando se analisa a participação de homens e de mulheres de forma separada nota-se diferenças significativas tanto na taxa de participação como no tempo dedicado a estas atividades. Com efeito cerca 90% das mulheres declararam realizar TNR [trabalhos não remunerados], enquanto nos homens, esta taxa é de cerca de 73% (isto corresponde a uma diferença na participação em TNR de 17 pontos percentuais a mais para as mulheres comparativamente a homens). (INE,2014, p.37).

Observa-se nitidamente a diferença no TNR desempenhado entre ambos os sexos. Em relação ao tempo médio semanal, verifica-se ainda um grande desequilíbrio entre os mesmos, constatado que os homens depositam cerca de 38 horas semanais enquanto que as mulheres depositam cerca de 63 horas, ou seja, quase o dobro do tempo. Nesse sentido, além das mulheres participarem mais no TNR ainda depositam mais tempo com relação aos homens. (INE, 2014).

¹¹ A Pesquisa sobre o Uso do Tempo, “trata-se no essencial de contabilizar exclusivamente o tempo que as pessoas invertem no trabalho reprodutivo não remunerado, já seja na sua casa, na de algum familiar ou amigo (realizada como forma de apoio gratuita), ou na comunidade.” (INE, 2014, p.21).

Esses dados reforçam como o fator tempo é fundamental no exercício das atividades, uma vez distribuída de uma forma desproporcional traduz na desigualdade social, econômica e política, contribuindo também para a sub-representação das mulheres nas esferas de poder.

Nessa vertente, o relatório de Beijing +20 de Cabo Verde (2014) aponta que um dos desafios tem sido trabalhar para uma maior conscientização das mulheres sobre a importância da participação na política. Ademais, a Resolução nº 103/2018, ressalta as problemáticas do gênero com uma prioridade para o Programa do Governo para a IX Legislatura enfatizando que o Governo promoverá:

[...]orçamentos sensíveis ao gênero, na discriminação positiva a favor das mulheres, na promoção da igualdade de gênero na Administração Pública e na implementação de um Sistema de Cuidados, pedra angular da criação de condições para diminuir a carga de trabalho não remunerado das mulheres, de promoção de oportunidades econômicas e para o exercício de uma cidadania ativa. (B.O, Res. Nº103/2018).

É nítido a exigência do trabalho doméstico e que as mulheres são as mais penalizadas visto que, na maioria das vezes, os parceiros não dividem tais afazeres na mesma medida, o Programa de Governo para a IX Legislatura é relevante, além disso é uma vantagem para o desenvolvimento da democracia.

Por sua vez, Monteiro (2015) releva também o fator família para nomeação de mulheres nos cargos executivos, realçando que “ser de família, poderá facilitar o acesso ao topo da hierarquia funcional, para os processos eletivos, ter família poderá dificultar o acesso às bases” (MONTEIRO, 2015, p.258). Essa condição se transforma num empecilho visto que, as mulheres com demandas familiares concretamente os filhos e/ou esposos dispõem de menos tempo para se dedicar a política, em contrapartida, ser de família, ou seja, solteira, detêm mais tempo. A autora aponta que ser mãe solteira não intervém tanto como o casamento pois esse é um empecilho para as conquistas de voto.

Ainda que as mulheres demonstrem interesse pela política, existem outros impedimentos, pois de acordo com a Entrevistada IV, se enfrenta o “Machismo, falta de oportunidades, muitas mulheres ainda não percebem a importância da sua participação”.

4.1 RESPOSTAS INSTITUCIONAIS AO PROBLEMA DA SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES

No regime monopartidário, como foi falado nos capítulos anteriores, não havia presença de nenhuma mulher no governo executivo. Essa situação foi se alterando após a mudança de

regime. Em 2008, sob a governação do mesmo partido, o país alcançou a paridade política a nível executivo. Nesse contexto, Monteiro (2015), enfatiza que:

Em Cabo Verde, a paridade alcançada em 2008, foi reafirmada com a remodelação governamental que ocorreu em 2010. Nessa altura, com a demissão de um ministro e uma ministra, foram nomeados igualmente um homem e uma mulher para a ocupação de cargos ministeriais. Deste modo, mantinham-se oito ministras no Governo, sendo de destacar que, de fato, todas ocupavam áreas centrais da governação neste espaço insular: defesa, justiça, família e solidariedade, ensino superior, finanças, descentralização, turismo e juventude (a titular da pasta de juventude acumulava esse cargo com a presidência do conselho ministerial e dos assuntos parlamentares). (MONTEIRO,2015, p.199).

Essa conjuntura é considerada um marco na história política em Cabo Verde assim como no continente africano, pois nessa altura, o arquipélago era o único e o primeiro país africano a atingir a paridade política nos cargos ministeriais. Para além da ocupação de lugares de grande visibilidade, posições primárias e o desempenho de funções importantes concernente as causas femininas. Nessa ordem, tal feito reforça a representação substantiva e descritiva, tal como debatido no primeiro capítulo.

Em contrapartida, nas eleições legislativas em 2011, teve um declínio no quadro representativo nos cargos dos ministérios de 44%, traduzindo uma caracterização masculinizada do governo. Porém Monteiro ressalta que “todas as mulheres-ministras se mantiveram com pastas importantes da governação, destacando-se assim a ascensão de duas delas na hierarquia governamental, ocupando o segundo e o terceiro lugares no organograma do Governo”. (MONTEIRO, 2015, p. 211), resumindo-se numa queda quantitativa de mulheres, contudo as ministras presentes estiveram nos lugares de visibilidades. No entanto, quando aumenta os números de pastas e não aumenta o número de mulheres, acarreta a sub-representação no executivo.

No que se refere ao panorama mundial, em 2008, além de Cabo Verde, mais três países alcançaram a paridade de gênero no Governo – Espanha, Finlândia, posteriormente, em 2012, a França. Importa evidenciar que a causa da paridade política no Governo está intimamente vinculada as políticas internas, especificamente aos atores estatais que pautam pela igualdade de gênero e a intervenção dos organismos externos. (MONTEIRO, 2015).

Apesar das barreiras persistentes é importante evidenciar que Cabo Verde teve avanços na adoção de medidas que garantem a participação de mulheres no poder e nas tomadas de decisões. O Relatório Beijing+20 (2014), elenca avanços no domínio legal como a lei da

paridade, as ações fomentas pelas organizações como Rede de Mulheres Parlamentes de Cabo Verde e Instituto de Igualdade e Equidade de Género.

Além desses avanços, o Governo implementou um comitê denominado de “Comissão Interministerial para a Transversalização da Abordagem de Género” chamada de Comissão de Género, “um órgão consultivo e de monitoramento da efetivação da transversalização da abordagem de género nas políticas públicas e funciona junto do departamento governamental responsável pelas políticas do género” (B.O, 2018, art.2.). A função transversal da Comissão busca lidar com todos os departamentos, principalmente os espaços tradicionais, de modo a se fazer criar uma cultura institucional no tocante ao género, para a promoção de igualdade de género contribuindo para o desenvolvimento regional, local e nacional. (ICIEG, 2019).

4.1.1 Análise do Programa Político do governo

É necessário examinar os Programas do Governo na medida em que podemos conhecer como as questões ligadas ao género foram formuladas e priorizadas e quais são as políticas para combater das desigualdades e desequilíbrios de género foram planejadas pelo governo. Nessa senda, tendo em conta os dois Programas de Governo, o anterior (PAICV) que vigorou na VIII Legislatura 2011- 2016 e o atual (MPD), a IX Legislatura 2016-2021, com base nas análises de ambos programas, ambos frisam diretrizes as questões concernentes ao género e principalmente os espaços de poderes.

Por exemplo, no Programa do Governo VIII Legislatura 2011-2016, do Governo PAICV, consta o compromisso do mesmo com as problemáticas do género e assegura adotar medidas em prol da resolução das questões da paridade e da igualdade do género, com finalidade a construção de uma nação inclusiva e justa com oportunidade para todas cidadãs e cidadãos, garantindo a consolidação da democracia, ressaltando que uma agenda para a Igualdade e Equidade de Género que garantisse uma participação ativa das mulheres em espaços de decisão e de poderes. (Programa do Governo VIII Legislativa, 2011).

Demonstrando ser um governo que prioriza a igualdade e equidade de género, é de suma importância, ilustrar o quadro de paridade do PAICV, que governou Cabo Verde no poder no período de 2001-2011, nesse percurso, em 2008, o governo executivo atingiu a paridade no seu elenco governamental, onde as mulheres detinham de oito das quinze pastas ministeriais. Nesse ângulo, os presentes elencos depararam com as seguintes composições ministeriais e os seus respectivos cargos: Dr. José Maria Neves, (Primeiro-Ministro e Ministro da Infraestrutura

e Economia Marítima), Dra. Janira Hopffer Almada (Ministra da Presidência do Conselho de Ministros e Assuntos Parlamentares), Dra. Cristina Fontes (Ministra da Reforma do Estado e da Defesa Nacional), Dra. Cristina Duarte (Ministra das Finanças), Dra. Marisa Morais (Ministra da Justiça), Dra. Fátima Fialho (Ministra da Economia, Crescimento e Competitividade), Dra. Sara Lopes (Ministra da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território), Dra. Vera Duarte (Ministra da Educação e do Ensino Superior), Dra. Madalena Neves (Ministra do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social). (REVISTA ÚNICA, 2010).

Por sua vez, o Programa do Governo da IX Legislatura 2016-2021, do governo do MPD, refere-se ao comprometimento com a democracia, à proteção dos direitos individuais e ao exercício do poder, sem distinção, com objetivo de melhorar e qualificar a governação. Ademais deixa nítido que “o Governo irá tomar um conjunto de medidas para permitir que essas mudanças se corporizem e para que a Administração do Estado seja desenvolvida” (Programa do governo IX Legislatura, 2016, p.9), e ressaltando a incumbência a igualdade de oportunidade e equidade com intuito de reduzir as desequilíbrios sociais e de gênero

Realizando uma análise comparativa entre os dois Programas de Governo, friso que o Programa do Governo para o VIII Legislatura possui sete menções ao termo “gênero”, três ao termo “paridade”, três ao termo “igualdade” e dois à palavra “equidade”, afirmando que “tomaremos a questão da paridade e a igualdade do gênero muito seriamente” (Programa do Governo VIII Legislatura 2011, 2016, p.11), ainda enfatiza que “a implementação gradativa de uma Agenda para a Igualdade e Equidade de Género deverá permitir uma participação efetiva das mulheres em espaços de decisão e de poder” (Programa do Governo VIII Legislatura 2011, 2016, p. 29), enquanto que o Programa do Governo para a IX Legislatura cita duas vezes o termo “gênero” e não comparece nenhuma menção à paridade. Cita duas vezes o termo “equidade” e cinco vezes a palavra “igualdade”. Toca no quesito igualdade de gênero como um dos caminhos para combater a pobreza e a outra menção se refere ao acesso aos bens públicos.

Nessa lógica contata-se que o primeiro Programa explicitado estabelece mais ênfase e maior preocupação para as problemáticas de gênero em relação ao segundo Programa. Porém, vale suscitar que o Boletim Oficial (2018) aponta que “O Programa do Governo para a IX Legislatura elege a promoção da Igualdade de Género, como uma das questões centrais para o desenvolvimento inclusivo e sustentável...” (B.O, Res. Nº103/2018), mas no Programa do Governo IX Legislatura não consta tal prioridade.

Atualmente, ao examinar a paridade de gênero do governo atual constata-se um desequilíbrio a nível dos cargos ocupados nos ministérios, pois num universo de catorze ministros, apenas três são mulheres nomeadamente Dra. Janine Tatiana Santos Lélis (Ministra da Justiça e Trabalho), Dra. Maritza Rosabal Peña (Ministra da Educação e Ministra da Família e Inclusão e Social) e a Dra. Eunice Silva (Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação) e os demais são homens ministros, o Dr. José Ulisses e Silva (Primeiro-Ministro), Dr. Olavo Avelino Garcia Correia (Vice Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças), Dr. Fernando Elísio Freire (Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto), Dr. Luís Filipe Tavares (Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e Ministros da Defesa), Dr. Paulo Augusto Costa Rocha (Ministro da Administração Interna) Dr. José da Silva Gonçalves (Ministro do Turismo e Transporte e Ministro da Economia Marítima), Dr. Alexandre Dias Monteiro (Ministro da Indústria, Comércio e Energia), Dr. Gilberto Silva (Ministro da Agricultura e Ambiente), Abraão Vicente (Ministro da Cultura e Indústrias Criativas), Dr. Arlindo do Rosário (Ministro da Saúde e da Segurança Social), e o Dr. Júlio Herbert (Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para Integração Regional). (Governo de Cabo Verde, 2016).

Com o ilustre motivo, considero de extrema importância a inclusão nítida de comprometimento nos programas do governo a problemática de gênero que ratificam a paridade, equilíbrio e equidade de mulheres e homens nas instancias de tomadas de decisões visto que tais ações contribuem para a consolidação da democracia e para o desenvolvimento sustentável. Além disso, é relevante que em todos dos documentos políticos-jurídico priorizem a lei da paridade de gênero já que a ausência do mesmo tem sido enunciada como uma barreira a representação entre os sexos.

4.1.2 Papel do Instituto Caboverdiano Para a Igualdade e Equidade de Gênero (ICIEG-1994) e a Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde (RMPCV-2001) na representação política das mulheres

Importa realçar essas instituições em razão de terem viabilizado leis e ações em virtude da promoção, ascensão, integração e a participação das mulheres em todas as instancias de poder e principalmente órgãos de poder político e tomadas de decisões. Acrescentando que foram umas das principais responsáveis para a aprovação da lei de paridade, a qual analisaremos mais à frente. Evidentemente que além do ICIEG e da RMPCV, existem outros atores estatais

e não estatais que mobilizam para a emancipação, igualdade e equidade de gênero em Cabo Verde e citamos os mesmos no capítulo anterior.

O Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade de Gênero (ICIEG) foi criado em 10 de janeiro de 1994, é uma instituição pública e autônoma, que opera como um espaço de integração e articulação numa dimensão horizontal das medidas setoriais do Governo concernente as causas sociais especificamente voltadas as questões de igualdade de gênero e a valorização das mulheres. Assim, o ICIEG tem por objetivo principal promover as políticas que coopera para igualdade de direitos de gênero, a inclusão legítima e a visibilidade da mulher em todas as dimensões sociais, política e econômica. (ICIEG, 2017).

Nesse sentido, o Instituto tem desempenhado funções cruciais para a promoção de igualdade e equidade de gênero uma vez que, por exemplo, em 2009, apresentou medidas de discriminação positiva em vários domínios, como apoiando o direito a igualdade de oportunidades de acesso e permanência nas escolas, contribuiu para a remodelação linguística no âmbito da participação política com intuito de “aprimorar e enriquecer o texto constitucional numa perspectiva de gênero, no sentido de reforçar a igualdade estabelecida em princípio pelo direito, bem como remover outros obstáculos na lei que condicionam ainda a igualdade efetiva na esfera pública” (MONTEIRO, 2015, p.232). Essa ação desenvolvida pelo ICIEG é um passo muito importante, uma vez que, além de pautar o reconhecimento aos direitos a participação política das mulheres é também uma desconstrução no âmbito da escrita, pois por muito tempo, a escrita abordava os sujeitos no masculino excluindo e apagando o feminino.

No quadro de políticas públicas em prol a igualdade e equidade de gênero, importar destacar mais uma ação fomentada pela ICIEG que é o Plano Nacional Igualdade de gênero (PNIG-2014). Este é um mecanismo imprescindível, que reforça os critérios dos direitos humanos, enfatizando a igualdade de gênero, considerada como um fator essencial para o desenvolvimento econômico, social e um dos pilares para uma democracia plena. Desde modo, o PNIG, “é uma ferramenta integral para lidar com a desigualdades e discriminações que afetam as mulheres. Esta ferramenta envolve o desenvolvimento de políticas, mecanismos e atuações para combate todas as formas de discriminação e promover a igualdade real e efetiva” (PNIG, 2014, p.16). Em vista disso, o PNIG mapeia as derivadas situações que atinge as mulheres, apresentando um conjunto de políticas para lidar com as condições femininas.

O PNIG fomenta eixos estratégicos¹² juntamente com possíveis resultados concernente à participação política e tomadas de decisões a nível de gênero e a partir dessas ações, o intuito é de “ incrementar a participação das mulheres nos cargos de tomadas de decisão na administração pública” (PNIG, 2014, p. 75), aumentando o número de mulheres nesses espaços. Importa evidenciar que o PNIG (2014) também destaca a importância e o apoio à lei de paridade, que, na altura, ainda estava sendo debatida e processada, sendo assim, hoje as medidas estratégicas do PNIG tem como suporte a Lei da Paridade para atingir os resultados esperados a fim de obter um maior número de mulheres repercutindo a nível da participação e representação no governo executivo.

Além do mais, o ICIEG conta com envolvimento, parcerias de outras entidades e programas setoriais como RMPCV, Partidos Políticos, Assembleia, etc. A nível de previsão orçamentária, consta o montante total de 184.950.601 contos para quatro anos de implementação, no qual 104.076.601 contos destinada para “reforço institucional das questões de gênero” e 5.246.000 contos para a “participação de mulheres nas tomadas de decisões”. Sendo assim, verifica-se que a maior parte do orçamento previsto, está destinado para ações em prol do reforço da representação política das mulheres e das questões de gênero no Estado (PNIG, 2014).

Na linha de ação similar, temos a Rede de Mulheres Parlamentares Cabo-verdianas (RMP-CV), criada em 2001, é uma instituição parlamentar composta por todas as mulheres deputadas eleitas de diferentes partidos políticos, ou seja, é uma organização suprapartidária, que mobiliza a inclusão das mulheres nas instâncias de poder. Sendo assim a RMPCV tem por finalidade incentivar a integração efetiva na Assembleia Nacional, de maneira que atenda as demandas das mulheres no âmbito parlamentar. Portanto, a RMPCV, tem contribuído para

¹² Os eixos estratégicos fomentando pelo PNIG (2014) são: promover a elaboração, revisão, aprovação de medidas legislativas e regulamentares com vista à paridade na participação política das mulheres (Lei da Paridade, lei dos partidos políticos, código eleitoral e sua regulamentação); Sensibilizar aos órgãos nacionais e locais dos partidos políticos e líderes comunitários no domínio da participação paritária de mulheres e homens na política; Capacitar às mulheres em gênero, liderança para a participação na política, entre outros, com vista a aumentar o número das potenciais candidatas; Promover mecanismos legais e administrativos que assegurem a participação das mulheres em cargos de tomada de decisão; Sensibilizar os decisores e as instituições para a importância de implementar as medidas que assegurem a participação das mulheres em cargos de tomada de decisão; Reforçar os conhecimentos das mulheres sobre a participação nos cargos de tomada de decisão na administração pública exercício e a aplicação da lei de paridade; Integrar a paridade de gênero nos critérios de seleção de candidatos para os cargos dirigentes dos partidos políticos (regulamento) e adopção de medidas facilitadoras da participação das mulheres (horários, etc.); Sensibilizar aos militantes de base e dirigentes para apoiar medidas que permitam incrementar a participação das mulheres nos cargos de decisão dos partidos políticos; Adotar medidas para que os meios de comunicação social favoreçam a igualdade de gênero, eliminando os estereótipos sexistas ou discriminatórios (adaptado de PNVBG 1.7); Adotar uma agenda de comunicação social para promover a igualdade de gênero e participação paritária das mulheres nos processos eleitorais e reforço das capacidades dos jornalistas para o efeito. (PNIG, 2014, p. 74).

democracia visto que as suas ações promovem uma maior representação equitativa de gênero em todas as esferas de decisão. Além disso, um ponto muito importante das ações é possibilitar com que mais mulheres atinjam os cargos de governo, contanto com parceiros tais como o ICIEG, ONU-Mulheres, União Europeia, Assembleia Nacional e a PNUD. (RMPCV).

Ainda, Monteiro (2015) enfatiza que o ICIEG e a RPMCV impulsionaram ações para a melhoria das presenças das mulheres nas listas eleitoras e para incrementar tais melhorias temos a lei de paridade, sendo um mecanismo que, exigindo a promoção de igualdade e equidade de gênero, poderá revelar grandes avanços no quadro representativo caboverdiano, principalmente o governo executivo, viabilizado pela RMPCV juntamente com o ICIEG e outros organismos de cunho da igualdade e equilíbrio do gênero.

4.1.3 Lei de paridade

Concernente a lei de paridade, é de considerar uma ação importante para o panorama cabo-verdiano, uma vez que proporcionou medidas inovadoras para a forma de fazer política, exigindo no mínimo 40% de representação de cada um dos sexos em todas as instâncias de poderes e nenhum dos sexos seja mulher ou homem podem estar numa percentagem abaixo de 40%.

Uma vez que as medidas já adotadas, como a lei de cotas exigindo 30% dos assentos parlamentares para as mulheres se revelou pouco eficiente, além disso, a lei de cotas não abarcava o ambiente do governo executivo. Por isso que Monteiro (2015), frisa “é extremamente importante a adoção de políticas pública e de medidas legislativas favoráveis a participação equilibrada de homens e mulheres na via pública e política” (MONTEIRO, 2015, p. 201), sendo assim a lei de paridade será um instrumento primordial para promover uma reforma no sistema eleitoral, deverá diminuir as entraves para a integração das mulheres e proporcionando uma igualdade de participação e representação política tanto nas esferas do parlamento como no âmbito do executivo. Porém, para isso, não basta apenas aprovar a lei, mas deve ser respeitada e colocada em prática de maneira a contemplar as necessidades econômicas, políticas e sociais.

O Projeto da Lei de Paridade reforça o reconhecimento da igualdade de gênero por organismos externos, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), aprovada em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada por Cabo Verde em 1980. Em vista disso, a igualdade de gênero é

também um fator crucial para a União Africana, por isso que a meta da Agenda de Desenvolvimento 2063 da União Africana é assegurar a igualdade de gênero em todas as dimensões da vida humana. (Projeto de Lei da Paridade, 2019). Conforme apresenta o projeto de lei (2019), o documento surgiu:

[...] na sequência da Declaração de Rui Vaz, um manifesto conjunto RMPCV, do ICIEG, as associações de mulheres dos partidos políticos e das organizações não-governamentais, que lidam com as questões de igualdade de gênero e direitos das mulheres no país. A Assembleia Nacional assumiu a causa da paridade de gênero, e desta forma, tornou-se um principais aliados da sua estrutura interna, que é a Rede de Mulheres Parlamentares Cabo-verdianas, na implementação do Plano de Ação de Advocacy da Paridade de Gênero, cujo memorandum de entendimento para sua operacionalização prática foi assinado, em Março de 2018, pela RMPCV, pelo ICIEG e pela ONU Mulheres. (Projeto de Lei de Paridade, 2019, p. 02).

Nesse ângulo, a lei de paridade foi aprovada pelo parlamento, em 31 de outubro de 2019, contando com 35 votos do MPD e 27 votos do PAICV e 3 votos contra a lei derivado do UCID. Este apoiou a preparação da lei, ainda assim votou contra a lei de paridade argumentando que ela pode prejudicar os pequenos partidos, embora a RMPCV alega que a lei não prejudicaria nenhum partido e possa ser uma vantagem para os pequenos partidos políticos. (Inforpress, 2020). Sendo aceite e aprovada pela a maioria, o cap. I, art. 1, declara o objetivo da lei no sentido de:

1. Os homens e as mulheres cabo-verdianas têm igual dignidade e são iguais perante a lei. As desigualdades, que não se fundem em razões de ordem biológica, devem Projeto de ser objeto de medidas especiais, com vista a garantir a representação paritária de ambos os sexos, em todos os setores da vida pública.
2. A presente lei tem como objeto garantir uma efetiva igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, com vista a eliminação de todas as formas de discriminação e a criação das mesmas oportunidades, nomeadamente no que se refere à participação política e ao exercício de cargos de decisão, visando alcançar uma sociedade mais justa, democrática e equilibrada. (Lei da paridade, I/ art.1, 2019, p.3-4)

Nessa senda, a lei visa assegurar mecanismos de representação política para mulheres e homens em todas as esferas pública promovendo ferramentas para uma discriminação positiva. Tais esferas também abrange o governo executivo pois no cap. III, art. 7, onde discorre sobre a Paridade no Exercício de Cargos de Decisão, suscitando a Paridade no Exercício de Cargos de Liderança na Administração Pública, Empresas Públicas e nas Empresas Participadas pelo Estado, declara que: “os Conselhos de Administração e outros cargos de nomeação e nível da Administração Pública, Empresas Públicas, Empresas

Participadas pelo Estado e Institutos Públicos devem ter uma representação paritária”. (Lei da Paridade, III/4. 2019, p.6).

A partir desse artigo, os cargos executivos deverão apresentar uma paridade representativa nos ministérios. Dada presença e representação política feminina será mais uma vez um marco democrático, desencadeando mudanças nas práticas políticas, sociais, que tem fomentando discriminações e desequilíbrios com base nos sexos, pois conforme apresenta a lei de paridade, constata-se que ela preencherá as lacunas que as ações anteriores não puderam estabelecer. Os preceitos da lei de paridade serão postos em prática nas eleições e nomeações de 2020-2021.

5 CONCLUSÃO

Ficou patente que o conceito de representação se tornou cada vez mais amplo de acordo com o tempo e o espaço e paralelamente com as influências das estruturas sociopolíticas, econômicas e culturais. Na mesma ordem do tempo, a representação política das mulheres foi proliferando e emancipando as mulheres com o ponta pé de saída dos movimentos sufragistas em século XX reivindicando o direito a voto. O continente africano, apesar de apresentar números positivos, ainda convive com a persistente sub-representação das mulheres nas instâncias de poder.

Constata-se que as mulheres cabo-verdianas sempre estiveram presentes nas lutas e liderando desde o processo da independência, mas as questões das mesmas não foram priorizadas no período pós-independência, tanto que não teve nenhuma mulher no governo executivo no período monopartidário. Realidade que obtivera mudança e avanços depois da abertura política, concretizando a transição do regime monopartidário para multipartidário e a presença da democracia, ocasionando vantagens na participação política das mulheres, favorecendo a criação de organizações e leis em prol da representação política das mulheres.

Vale ressaltar que, apesar dos desfalques, Cabo Verde é uma referência por se tornar o primeiro país do continente africano que vivenciou um governo paritário nos cargos de nomeações. Embora esse quadro não se reproduziu no governo seguinte, pois ainda persistem barreiras em detrimento a representação feminina na política caboverdiana. Tais empecilhos se caracterizam na persistência do patriarcalismo que por sua vez, construiu papéis de gênero, dessa forma as mulheres se encontram mais à vida privada, sobrecarregando e depositando a maior parte do tempo no trabalho não remunerado, uma vez que os homens não compartilham as tarefas domésticas de forma equilibrada. No contexto dos partidos políticos, ainda preferem a figura masculina em vez de feminina, para compor as listas e para trabalhar nas bases. Ademais, as mulheres tem receios de apresentar candidaturas e existem conflitos entre as mulheres não apoiando os projetos uma das outras.

Nesse sentido, constitui um contexto amplo de barreiras que verbera na sub-representação feminina nas instâncias de poder, especialmente no governo executivo. Todavia, o Governo se responsabilizou em viabilizar mecanismos que minimizam a sobrecarga de trabalho não remunerado desempenhadas pelas mulheres. Para mais, a lei de paridade enfatiza a priorização de representação de mulheres em todas as esferas de governação, exigindo que se tenha como fator crucial 40% das presenças femininas incluindo as esferas de nomeações. Além

disso, foi proibido pela lei, que haja a representando de qualquer sexo superior ao outro (a). Como forma de assegurar a representação entre os ambos os sexos, a Comitê de Gênero abordará monitoramentos transversais, cuja finalidade é fincar o desenvolvimento inclusivo, sustentável a consolidação da democracia.

Ademais, foi um desafio pesquisar sobre esta temática devido ao fator tempo para conseguir mais referencias, dados e documentos concernente ao tema, tivemos pouquíssimas respostas dos questionários das atrizes que atuaram/atuam nos espaços de poder e tomadas de decisões e também pelo tempo que eu tenho que dedicar ao trabalho não remunerado (cuidando de casa, do meu filho e meu companheiro).

Para este trabalho foi o um passo da pesquisa, pois ainda ilustra um potencial para estudos mais aprofundados, principalmente com a aprovação da lei de paridade, pode ser pensados estudos comparativos com outros países que aprovaram a mesma lei, por exemplo a Bolívia, ainda, pesquisas mais aprofundada da lei de paridade sobre como ela tem sido utilizada nos processos de nomeações, nas estruturas dos partidos políticos como por exemplo as listas eleitorais, uma vez enfatizada como uma das barreiras principais nas instituições partidárias.

Sublinho que, esse trabalho é importante seu carácter de pesquisa voltado ao governo executivo, visto que é um núcleo central de poder onde as ministras exercem tal cargo por nomeação, desempenhando uma função crucial na visibilidade e representação de sujeitos que foram historicamente excluídos nas estruturas do poder, afirmando a presença das mesmas porque tem contribuindo para a promoção e aumento de representação da condição feminina e desenvolvimento do Estado caboverdiano.

Por fim, Cabo Verde tem apresentado mudanças e avanços, demonstrando a preocupação com as problemáticas de gênero e a participação das mulheres na vida política e fundamentalmente em espaços de visibilidades, de poder e tomadas de decisões. Portanto, se esses avanços vão significar mudanças efetivas, isso depende muito da força de vontade do Governo, do desempenho dos organismos nacionais e internacionais e sobretudo da sociedade caboverdiana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Debora Rezende. O conceito de representação política e suas variações contemporâneas, In: MENDONÇA, Ricardo; CUNHA, Eleonora. Introdução à teoria democrática. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

AFROBAROMETER. About us. Disponível em <<https://www.afrobarometer.org/about>> Acesso 15 jan. 2019.

BRANDÃO, L.; AMARAL, T.; EUZÉBIO, D. F.; GREGÓRIO, A. As mulheres no Itamaraty: As Reformas ao Ministério das relações Exteriores à Luz da Teoria Feminista, Monções: Revista de relações Internacionais da UFGD, Dourado, v.6, número 11, janeiro/junho, 2019.

BOLETIM OFICIAL. Cria a Comissão Interministerial para a Transversalização a Abordagem de Gênero, In. Conselho de Ministros, I Série n 63, Resolução n 53/2018

CABO VERDE. LEI 56/VII/2010. Altera o Código Eleitoral. Suplemento “B.O” da República de Cabo Verde. 9 mar. 2010.

CASIMIRO, Isabel. PAZ NA TERRA, GUERRA EM CASA, Série Brasil e África, Ed. UFPE, Pernambuco, 2004.

CHEFIA DO GOVERNO. Programa Do Governo Para a VIII Legislatura 2011-2016, Praia, abril, 2011.

CHEFIA DO GOVERNO. Programa Do Governo IX Legislatura 2016-2021, Praia, 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. SE PERDEU NA TRADUÇÃO? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória, ISSN: 2317-4919, V.5, N.1, Jan/jun., 2017.

COSTA, Suzano. Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático, In: Carmelita Fonseca e Celeste Fortes (Org), As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas, UNICV, Praia, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documentos para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero, Universidade de Califórnia- Estudos Feministas, Los Angeles, 2002.

COUNTRYMETERS, População de Cabo Verde, Disponível em <https://countrymeters.info/pt/Cape_Verde> acesso 22 jan. 2020.

D´ARAÚJO, Maria; RIBEIRO, Guilherme L. Trajetória socioeducacional dos ministros brasileiros na Nova República, Revista de Sociologia e Política, 2018.

DELGADO, Neusa M. L. F. Desafios da Gestão e Liderança feminina em Cabo Verde: Como exercer a Liderança em Espaços de Identidade Masculina, ISCTE, Lisboa, 2011.

DW. Quem são as mulheres mais poderosas de África? Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/quem-s%C3%A3o-as-mulheres-mais-poderosas-de-%C3%A1frica/g-46271592>> Acesso em 05/12/2019.

ÉVORA, Roselma. Poder Legislativo no Regime Democrático em Cabo Verde, UNB, Brasília, 2009. FURTADO, A. Cláudio; SEMEDO, A. V. José. Confianças nas instituições, avaliações do declínio do desempenho do governo em Cabo Verde, Afrobarómetro n. 234, setembro, 2018.

FURTADO, A. Cláudio; SEMEDO, A. V. José. Confianças nas instituições, avaliações do declínio do desempenho do governo em Cabo Verde, Afrobarómetro n. 234, setembro, 2018.

GELEDES. Sororidade: O valor da aliança entre as mulheres. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/sororidade-o-valor-da-alianca-entre-as-mulheres/>> acesso em 19 jan. 2020.

GOMES, Crispina. Mulher e o Poder: O Caso de Cabo Verde, IBNL, Praia, 2011.

GONÇALVES, José A. O fim do patriarcado. Webartigo. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-fim-do-patriarcalismo/27353/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

GROSSMANN, L. Aparecida. Et al. A Importância da Participação Política das Mulheres para a Construção de uma nova Cidadania. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLITICAS PUBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORANEA, 10, Santa Cruz, 2014

GOVERNO DE CABO VERDE. Elenco Governamental, 2016 Disponível em <<https://www.governo.cv/elenco-governamental/>>. Acesso em 26 jan. 2020.

HIRATA, H. e KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho, Cadernos de Pesquisa, v.37, set/dez. 2007.

ICIEG, Quem somos? Disponível em <<https://www.icieg.cv/index.php/pt/icieg/quem-somos>> acesso em 14 jan. 2020.

ICIEG, Plano Nacional de Igualdade de Género 2015-2018: Uma agenda conjunta para fazer a diferença, Cabo Verde, nov., 2014.

INÁCIO, M.; BATISTA, M. Formas de governo e relação executivo-legislativo nas democracias contemporâneas, In: MENDONÇA, Ricardo F.; CUNHA, Eleonora, S. M., Org. Introdução à teoria democrática. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

INE. Cabo Verde, Instituto Multiobjectivo Continuo-2012: Relatório do Módulo Uso do Tempo e Trabalho Não Remunerado em Cabo Verde-2012, Cabo Verde, 2014.

INFORPRESS, Lei da Paridade, Disponível em <<https://www.inforpress.cv/lei-da-paridade-wladimir-brito-considera-constitucional-e-cumpre-com-algumas-convencoes-internacionais/>> acesso em 15 jan. 2020.

IPU. Word average. Disponível em <http://archive.ipu.org/wmn-e/world.htm>. Acesso 3 dez. 2019.

IPU. Percentage of women in national parliaments. Disponível em <https://data.ipu.org/women-ranking?month=10&year=2019>> acesso 3 dez. 2019

ISBELL, Thomas; BHOOJEDHUR. Apesar das liberdades, os caboverdianos estão insatisfeitos com a democracia na pioria do desempenho econômico, Afrobarómetro Despacho, n.319, setembro,2019.

LEI DA PARIDADE, Disponível em < https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/CPV/INT_CCPR_ARL_CPV_37522_O.pdf> acesso em 15 jan.2020.

LOPES, Alviar D. C. Participação política feminina em Cabo Verde: O caso parlamento de 1975-2011, UNICV, 2014.

MAZRUI, Ali, À; WONDJI Christophe: A evolução relativa aos papéis dos homens e das mulheres, In: História Geral da África VIII: África desde 1935, UNESCO, Brasília, 2010.

MELO, Carlos Ranulfo. Os Partidos nas Democracias: Passado, presente futuro, In: MENDONÇA, Ricardo F.; CUNHA, Eleonora, S. M., Org. Introdução à teoria democrática. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

MIGUEL, L. Felipe. Gênero e Representação Política. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 93-108.

MONEYTIME. África lidera ranking de mulheres em conselhos de administração. Disponível em <<https://moneytimes.com.br/africa-lidera-ranking-de-mulheres-em-conselhos-de-administracao/>>acesso05 dez. 2019.

MONTEIRO, Eurídice Furtado. Entre os Senhores das Ilhas e as Descontentes: Identidades, Classe e Gênero na Estruturação do Campo Político em Cabo Verde, UFPE, Recife, 2015.

MONTEZINHO, Jorge. Mulheres de luta. Expresso das ilhas, 2015<Disponível em <<https://expressodasilhas.cv/exclusivo/2015/04/02/mulheres-de-luta/44335> acesso em 10/01/20.

MPD.CV. Introdução, Disponível em < <http://mpd.cv/introducao/> > acesso 10 dez 19.

OKECH, Awino. “Sobre Sororidade e solidariedade”: tornando *queer* os espaços feministas africanos, In: TRADUZINDO A ÁFRICA QUEER, Org. Clarisse Goulart Paradis; FEMPOS, Devires, BA, 2018.

PAICV.CV. Nossa história. Disponível em < <http://paicv.cv/nossa-historia/>>acesso 12 dez 19.

PARADIS, Clarisse Goulart. Entre o Estado Patriarcal e o Feminismo: O caso dos Mecanismos Institucional De Mulheres Na América Latina. Dissertação de mestrado UFMG, Belo Horizonte, 2013.

PITKIN, Hanna Fenichel. REPRESENTAÇÃO: PALAVRAS, INSTITUIÇÕES E IDEIAS. Lua Nova, São Paulo, 67: 15-47, 2006

RELATÓRIO CABO VERDE BEIJING+ 20. Sobre a Implementação Da Declaração e Plataforma De Ação De Beijing, Praia, junho, 2014.

RMPCV, Apresentação, Disponível em <
http://portais.parlamento.cv/rmpcv/apresentacao_rmpcv.php> acesso 14 jan. 2020.

REVISTA ÚNICA, As ministras de Cabo Verde, Expresso, 2010.

SANCHES, Beatriz Rodrigues. Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados, Dissertação de mestrado, São Paulo, 2017.

SILVA, Antônia E. O; MACHADO, C. J. S. Repensando os entraves à participação política feminina com Pierre Bourdieu: In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2013.

SOPESP. África lidera ranking de mulheres em conselhos de administração. Disponível em <https://sopesp.com.br/2019/11/28/africa-lidera-ranking-de-mulheres-em-conselhos-de-administracao/>>acesso 05 dez. 2019.

SPACER. Su. O contributo das mulheres na independência. Nos Genti-, 2012. <
<http://nosgenti.com/josefina-chantre-o-contributo-das-mulheres-para-a-independencia/>> acesso 12 dez 2019.

SPECK, B. W.; GONÇALVES Anilisa. O bipartidarismo em Cabo Verde: a dinâmica do surgimento dos terceiros partidos e a magnitude dos distritos, Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, 2019.

TAL. Fulana de. Entrevistada I.: [mai. 2017]. Entrevistadora: Lenira Mendes Monteiro Gonçalves. Brasil, 2017. Questionário.

TAL. Fulana de. Entrevistada II.: [mai. 2017]. Entrevistadora: Lenira Mendes Monteiro Gonçalves. Brasil, 2017. Questionário.

TAL. Fulana de. Entrevistada III.: [mai. 2017]. Entrevistadora: Lenira Mendes Monteiro Gonçalves. Brasil, 2017. Questionário.

THE WORL BANK, Cabo Verde, Aspectos gerais, Disponível em <
<https://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>> acesso em jan. 2020.

Links acessados:

<http://mpd.cv/introducao/> acessado em 10 out. 2019.

<https://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview> acessado em 20 out. 2019.

<http://nosgenti.com/josefina-chantre-o-contributo-das-mulheres-para-a-independencia/> acessado em 20 out. 2019.

<http://www.redeangola.info/ha-mais-mulheres-lideres-em-africa-do-que-em-qualquer-outro-lugar-do-mundo/> acessado em 12 nov. 2019.

<https://www.dw.com/pt-002/quem-s%C3%A3o-as-mulheres-mais-poderosas-de-%C3%A1frica/g-46271592/> acessado em 05 dez. 2019.

<https://moneytimes.com.br/africa-lidera-ranking-de-mulheres-em-conselhos-de-administracao/> acessado em 05 dez. 2019.

<http://paicv.cv/nossa-historia/> acessado em 12/12/2019

<https://expressodasilhas.cv/exclusivo/2015/04/02/mulheres-de-luta/44335> acessado em 10 jan. 2020.

<https://www.icieg.cv/index.php/pt/icieg/quem-somos> acessado em 14 jan. 2020.

http://portais.parlamento.cv/rmpcv/apresentacao_rmpcv.php acessado em 14 jan. 2020.

<https://www.icieg.cv/images/phocadownload/PNIG-Final-completo.pdf> acessado em 15 jan. 2020.

<https://www.inforpress.cv/lei-da-paridade-wladimir-brito-considera-constitucional-e-cumpre-com-algumas-convencoes-internacionais/> acessado em 15 jan. 2020.

https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/CPV/INT_CCPR_ARL_CPV_37522_O.pdf acessado em 15 jan. 2020.

<https://www.governo.cv/governo/primeiro-ministro/> acessado em 16 jan. 2020.

<https://www.facebook.com/iciegc/photos/saiba-o-que-%C3%A9-transversaliza%C3%A7%C3%A3o-da-abordagem-de-g%C3%A9nero-e-a-sua-import%C3%A2ncia-no-1012809552236723/> acessado em 19 jan. 2020.

<https://www.geledes.org.br/sororidade-o-valor-da-alianca-entre-as-mulheres/> acessado em 19 jan. 2020.

https://countrysmeters.info/pt/Cape_Verde acessado em 22 jan. 2020

<https://www.governo.cv/elenco-governamental/> acessado em 26 jan. 2020.

APÊNDICE

Ministério da Educação
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Instituto de Humanidades e Letras – Bacharelado em Humanidades
Campus dos Malês – São Francisco do Conde – Bahia

Orientadora: Dra. Clarisse Goulart Paradis

E-mail: clarisseparadis@unilab.edu.br

Contato da instituição: + 55 (71) 3651.8250

Orientanda: Lenira Gonçalves

E-mail: leniramgoncalves@gmail.com

Contato; + 55 (71) 9927.1855

Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais

Tema da pesquisa: A participação das mulheres na política em Cabo Verde.

Prezada entrevistada.

O questionário abaixado visa compreender o ponto de vista das mulheres para na participação política em Cabo Verde e nas tomadas de decisões. Utilizo a metodologia da pesquisa qualitativa com perguntas estruturadas conforme os objetivos da investigação que estou realizando. Portanto, fique à vontade e utilize o espaço que for necessário para responder as questões. Não há limite e linhas para as respostas.

1) GRUPO I

- a) Nome completo (opcional)

- b) Qual cargo você exerce ou exerceu?

c) Estado civil:

d) Tem filhos (as)?

e) Fale um pouco sobre sua família.

f) Como foi sua infância e juventude?

g) Relate um pouco sobre trajetória de formação profissional e/ou acadêmica.

2) GRUPO II

h) Quais foram os motivos para a sua adesão na política?

i) Quais pessoas foram influentes para a sua vocação política?

j) Você poderia falar da sua formação política? Que pessoas, leituras, contextos etc. contribuíram para a sua formação?

k) Houve alguma mudança na sua vida com a entrada na política? Cite-os.

l) Quais são as dificuldades e vantagens como mulher de atuar nesse campo?

3) Sobre a sua atuação nas tomadas de decisões.

- a) Como ocorre o processo de tomadas das decisões?

- b) Quais critérios são utilizados para a participação nas comissões?

- c) Quantas mulheres estão nas tomadas de decisões?

- d) Quais propostas apresentadas por você foram acatadas? Quais não foram? Qual a razão para negá-las?

4) Sobre os motivos que influenciaram para uma menor participação feminina no setor político.

- a) Como uma participante nesse campo, enumere quais são os motivos para uma menor participação feminina no mesmo.

- b) Por que e como que deles influenciam para uma menor participação?

5) Sobre a problemática do empoderamento das mulheres na sociedade cabo-verdiana.

- a) Quais são os obstáculos que impedem uma maior participação feminina?

- b) No seu ponto de vista, o que deve ser feito para estimular uma maior participação?

c) Como impulsionar o empoderamento das mulheres na sociedade cabo-verdiana?

d) Acredita que as mulheres estão ou não aptas para exercer cargos de poder e tomadas de decisões em prol do empoderamento?

e) Os mecanismos empregados reproduziram resultados esperados? Como por exemplos a lei das quotas? E entre outros?

Desde já, agradeço a vossa disponibilidade e atenção. Creio que as vossas contribuições vão me ajudar bastante na nossa pesquisa e se tiver algo para acrescentar ou alguma referência que possa enriquecer esse trabalho, nós seremos muito grata.

Aguardo.